Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Thiago de Carvalho Matos

**A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista:
o caso da Rua Frei Caneca**

São Paulo

2015

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Thiago de Carvalho Matos

**A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista:
o caso da Rua Frei Caneca**

São Paulo

2015

Thiago de Carvalho Matos

**A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista:
o caso da Rua Frei Caneca**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves

São Paulo

2015

In memoriam de todxs *mygas* que pereceram pelo ódio e intolerância de quem
não se sente bem com a felicidade dos outros...

Folha de aprovação

MATOS, Thiago de Carvalho. *A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista: o caso da Rua Frei Caneca*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.:..... Instituição:.....

Julgamento:..... Assinatura:.....

Prof. Dr.:..... Instituição:.....

Julgamento:..... Assinatura:.....

Prof. Dr.:..... Instituição:.....

Julgamento:..... Assinatura:.....

Agradecimentos

Em primeiro lugar, a um japonês que lá do outro lado do mundo me envia incentivos constantemente para minha revolução humana acreditando no impossível, em ser feliz enquanto estuda, sendo feliz enquanto se vive o Universo, *Arigatō* Daisaku! À Glória Alves, que me garimpou de dentro mim sem desistir. Sem você eu não teria conseguido girar a maçaneta dessa porta que se abriu. Agradecidíssimo a Élvio Martins que me ajudava e prestava socorro mesmo entre festas de fim de ano, com comentários, incentivos.

Agradecido a Francisco, meu pai, uma fortaleza-doce, pelo respeito e amor, e por apoiar esse tema de pesquisa (*okay*, apoiar eu forcei um pouco). À minha mãe, pelo calor dos incentivos, até quando nem eu sabia o que estava fazendo, você é linda, maravilhosa, poderosa (!). Em especial, aos meus irmãos, Alex, por refundar conceitos e arrancar cascas de velhos pensamentos e a Victor, que mesmo de longe, me orientava com sua praticidade ímpar.

A Péricles, um desses seres humanos ímpares na face da Terra, que vem pra trazer umidade aos olhos da gente e sorriso no canto da boca com objetividade e uma mente afiada em desvendar as reais intenções humanas.

A Ricardo Sales, que chutou um cachorro semimorto dentro de mim. A Ana Flávia Zoli que tornou ainda mais diver escrever quando o cansaço e a fadiga dominavam a mente. Acacio, com sua boina, na declinação de verbos do francês, leituras, discussões e apoio. A minha coruja da sabedoria, Julio, amigo que brotou de uma relação mútua de uma existência passada. A um grande amigo, Mário... que se escondeu atrás. À Rhayssa Nery pela ajuda tec!

Não posso me furtar de Paula Moscardi que, da Califórnia, me ajudava com traduções e interpretações e um sorriso de lavar a alma e a Suelen Pelissaro que, ao invés de me ajudar a terminar a discussão sobre a pesquisa ficava perguntando sobre quando eu continuaria no doutorado. À Ana e Sandro que fizeram o trabalho de imprimir calma ao papel.

A todxs amigxs shakubuku por toda a felicidade! Ao lótus que desabrocha lindamente, mesmo em meio à lama. *Nam-myoho-enge-kyo...*

Resumo

MATOS, Thiago de Carvalho. **A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista: o caso da Rua Frei Caneca**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

Por meio da análise conceitual de territorialidade gay, verificar a dinâmica da produção e reprodução dos espaços gays na Rua Frei Caneca e na Avenida Vieira de Carvalho identificando assim os padrões com suas diferenças e semelhanças, limites e limitações nesses dois espaços, com enfoque ao primeiro caso, em que se dá um processo de renovação urbana. A pesquisa procura analisar até que ponto é possível falar em territorialidade gay e continuidade entre essas duas espacialidades multiterritoriais. Entre as questões a serem discutidas estão: como esses espaços são utilizados em diferentes momentos no dia e na semana; como se configura o padrão de consumo nesses dois espaços e por fim, como se mantém ou altera (e até que ponto) uma homogeneidade interna nos dois casos.

Palavras-chave: territorialidade, renovação urbana, gay, segregação.

Abstract

MATOS, Thiago de Carvalho. *The gay spatial dynamics in Paulista Avenue: the case of Frei Caneca Street*. 2015. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences. University of São Paulo. São Paulo, 2015.

Through conceptual analysis of gay territoriality, check the dynamics of production and reproduction of gay spaces at Frei Caneca street and Vieira de Carvalho Avenue thus identifying the standards with their differences and similarities, boundaries and limitations in these two areas, with the first focus event, which occurs in a process of urban renewal. The research seeks to analyze to what extent it is possible to speak of gay and territorial continuity between these two spatialities multi-territory. Among the issues to be discussed are: how these spaces are used at different times in the day and week; the configuration of the consumption pattern in these two areas and finally, how to maintain or alter (and to what extent) an internal homogeneity in both cases.

Keywords: territoriality, urban renewal, gay, segregation.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Thiago de Carvalho Matos

**A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista:
o caso da Rua Frei Caneca**

São Paulo

2015

Sumário

Capítulo I – Introdução.....	11
Capítulo II – O Movimento Gay e sua Parada	14
Capítulo III – A região da Avenida Paulista e a “ <i>gourmetização</i> ” da Rua Frei Caneca.....	35
Capítulo IV - Obsolescência na região da República o caso da Avenida Vieira de Carvalho	69
Capítulo V – Considerações Finais	75
Bibliografia	77

Foto de capa: XVIII Parada Gay de São Paulo, 2014. Ao fundo, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP. Foto Marcos Morrone.

“O ambiente é como a sombra, e a vida, o corpo. Sem o corpo não pode haver sombra. Analogamente, sem a vida, o ambiente não pode existir, embora a vida seja sustentada pelo seu ambiente”.

Nichiren Daishonin, Monte Minobu (Japão), 1275

“Can I get A-men up in here? I have one thing to say: U better work!”

RuPaul Andre Charles

Capítulo I – Introdução

Encontra-se na Avenida Paulista, que é um dos espaços do capital financeiro da metrópole, e em sua transversal, a Rua Frei Caneca, a manifestação de variados grupos – aquilo que se habituou chamar de *diversidade*, como coexistência de diferenças. Essa abordagem põe em suspensão as formas de apropriação do espaço urbano sob o mote da diversidade, possibilitando uma perspectiva crítica para o entendimento desse processo espacializado num específico ícone: a Parada do Orgulho Gay.

Desde 1997, a Avenida Paulista é espaço deste evento que, de “entrave” ao fluxo do capital, como manifestação política, passou à “festa” do capital, com data no calendário oficial da cidade. Como segundo maior evento em arrecadação financeira para a cidade de São Paulo (atrás somente do evento automobilístico da Fórmula Um) a Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) atrai um importante contingente de pessoas que lotam hotéis, serviços e voos para a cidade, provenientes de diversos lugares do Brasil e do mundo. Nesse novo nicho de mercado se verificou a possibilidade de fazer valer o estilo de vida gay, baseado no consumo e, assim, transformando espacialmente os usos na região da Rua Frei Caneca.

Neste cenário, colocou-se como objetivo entender o processo de dois espaços urbanos distintos: um, caracterizado pela Rua Frei Caneca em uma (re)produção do espaço e modificações de seus usos e outro, numa área de obsolescência que é a região da República, caracterizada pela Avenida Vieira de Carvalho. Revisitar conceitos pertinentes a esse tema é primordial para entender melhor o alcance espacializado deste evento que reúne milhões de pessoas todos os anos sob a bandeira do arco-íris. Propõe-se um contraponto entre uma “área-satélite” do capital que é a Rua Frei Caneca com uma área de obsolescência do capital, a República, catalisada na Avenida Vieira de Carvalho. A aparente contradição entre esses diferentes usos levará a considerações muito importantes sobre o movimento gay e sua visibilidade política mais considerável, a Parada.

Para este objetivo os conceitos com que a pesquisa dialogará são a territorialidade e sua multiterritorialidade a partir dos estudos de Rogério Haesbaert que apresenta este conceito de uma maneira mais flexível e abrangente para os novos desafios da contemporaneidade da era altamente tomada por globalizações e os estudos dos processos de revitalização urbana caracterizados por Neil Smith em seu termo gentrificação.

Vale lembrar que esse tipo de segregação é só mais uma das segregações a que está sujeito o “ser urbano” dentro do contexto da metrópole inserida no conjunto das conexões de um mundo das trocas capitalistas. Para autores como JOJKINE (1977), HARVEY (1980) e CASTELLS (1983) a organização do espaço urbano seria apenas uma dimensão de um processo econômico maior, e dependeria exclusivamente de fatores sociais e de como se organiza economicamente cada sociedade. Em suma, ela jamais ocorreria por acidente ou por acaso. Em outras palavras, a localização dos diferentes usos e classes sociais no espaço urbano não ocorreria de forma harmoniosa, pois existem fatores econômicos e sociais que determinam diferentes acessos aos espaços e equipamentos urbanos – onde a desigualdade dos atos de uso revela o próprio processo de segregação espacial como condição e produto do processo maior de reprodução ampliada do capital.

Dentro do processo de segregação espacial da cidade, o processo de segregação gay é mais uma das segregações presentes na dinâmica espacial da metrópole. Esse processo ocorre mais a partir da tomada de “consciência de grupo” ao invés de consciência de classe. O grupo tende a criar um espaço onde os indivíduos pertencentes a ele vão defender seus estilos de vida. Em grupo, os indivíduos se tornam mais fortes, a partir do momento em que se tornam mais visíveis no espaço (HARVEY, 1980 – CASTELLS, 1983).

Em seu estudo sobre a comunidade gay de São Francisco, CASTELLS (1983) concluiu que a concentração dos indivíduos do grupo em determinada rua ou bairro os tornava mais visíveis; “quando os gays estão espacialmente espalhados, não são grupos, porque são invisíveis” (CASTELLS, 1983:138). No espaço segregado, os grupos mais homogêneos podem criar um mundo à parte, onde os valores são ‘diferentes’ do restante da sociedade. Para os

grupos que sofrem com o preconceito, a segregação gay constitui-se assim numa oportunidade de fugir dele ou, ainda, de afirmar o grupo dentro do espaço social maior da cidade, a partir da criação de uma territorialidade que dá maior visibilidade e poder ao grupo. Segundo GREEN (1999), por exemplo, os bares que começaram a surgir nos anos 50 e 60 no Rio de Janeiro e São Paulo identificáveis como gays passaram a funcionar como espaços privados onde homens podiam interagir livremente. Estes espaços se tornaram territorialidades 'seguras' para os seus frequentadores. A segregação espacial, para estes autores é condição de exclusão. Nestes processos não há integração entre as classes e/ou grupos, que tendem a recriar mundos diferentes dentro do espaço urbano.

Nesse sentido espera-se contemplar dinâmica de apropriação espacial deste público tão presente na região que faz um uso do espaço geográfico envolvendo o duplo efeito: a sensação por um lado de estar protegido entre os pares e por outro, a sensação do gueto de só poder ser quem se é ali onde está, como num acordo de cavalheiros, definido para si e para uma grande parte da população "estrangeira" que ali também frequenta. Essa segregação espacial representa também uma dimensão material (enquanto definidora de espaços pré-determinados ou a serem conquistados com o uso e esforço conjunto na manutenção desses espaços, ainda que sempre nos mesmos redutos) e uma dimensão social, pois não se pode viver plenamente o que se é e com quem quer que seja em todos os espaços que se deseja.

Um dos pontos a ser analisado nesse presente estudo era a relação do aumento do número de imóveis no processo de gentrificação direcionados especificamente para o público gay, o que não se confirmou oficialmente já que as incorporadoras imobiliárias estão interessadas na captação das vendas, independente de que tipo de adquirente o queira, seja gay ou não.

Capítulo II – O Movimento Gay e sua Parada

“Se um optimum de diversidade é condição permanente do desenvolvimento da humanidade, podemos estar certos de que dessemelhanças entre sociedades e grupos não desaparecerão senão para se reconstituir em outros planos”.

Claude Lévi-Strauss (apud MAGNANI, 2000, p. 17).

Neste capítulo o objetivo é ter uma melhor descrição de quem é o “gay” em questão, analisar os desdobramentos políticos da constituição desse ser de direitos que exige também o direito à cidade e algumas reflexões críticas a respeito. Antes de falar sobre o movimento LGBT, é preciso entender o que é LGBT. É uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, drag queens, transformistas, entre outros).

Para fins deste presente estudo que tem por objetivo estudar os desdobramentos espaciais do movimento gay através de sua Parada, quando for usado somente o termo “gay” ele considera o conceito de “LGBTT” (que incorpora travestis e transgêneros). O termo gay neste caso busca abrigar num imenso guarda-chuva as demais sexualidades possíveis com representação na Parada do Orgulho.

II. a – Movimento gay no mundo: breve histórico

Melhor consolidada a formatação desse novo sujeito de direitos, o “homossexual”, pode-se passar ao próximo passo: como se organizou o movimento? Antes que houvesse um movimento homossexual organizado, desenvolveram-se redes de sociabilidade que aos poucos delinearam um conjunto de traços que seriam, posteriormente, associados a uma “identidade gay”, normalmente ligada ao meio urbano e ao crescimento das cidades.

Algumas pesquisas apontam, que já em 1920 era possível identificar um histórico distrito gay em Nollendorfplatz, em Berlim, que se auto intitula “o primeiro distrito gay do mundo”, mas um olhar mais apurado indica mais um anacronismo de valores e categorizações mais contemporâneos a respeito do “gay” ainda que naquele momento existissem gays nesta localidade.

A bibliografia remete o nascimento do movimento homossexual ao final da década de 1940, quando se tem a primeira organização destinada a desconstruir uma imagem negativa da homossexualidade: o espaço chamado de COC (Center for Culture and Recreation), em Amsterdam, criado pelo grupo que editava uma publicação mensal sobre homossexualidade, o *Levensrecht* - cujo título pode ser traduzido para o português como “Direito de viver”. Os organizadores desse centro investiam seu esforço na promoção de ocasiões de sociabilidade e no trabalho junto a autoridades locais para fomentar a tolerância para com homossexuais.

Já na década de 1950, na mesma trilha, o Mattachine Society, um grupo clandestino, que tinha como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista norte-americana e também se ocupava da construção de espaços de sociabilidade, promovendo discussões em grupo sobre homossexualidade, às vezes acompanhadas de palestras proferidas por psiquiatras e médicos. Ligado a este grupo, nascia alguns anos depois o *Daughter's of Bilitis*, direcionado às lésbicas.

As décadas de 1960 e 1970 marcam uma crescente visibilidade e radicalização desse incipiente movimento, caracterizadas por um discurso de autoafirmação e liberação, a exemplo de grupos como Society of Individual Rights, organização homossexual de São Francisco que, pouco a pouco, acabou tomando boa parte do espaço ocupado pela Mattachine Society.

Dessa forma, o movimento Gay no mundo nasce na esteira dos demais movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e eclode na Rebelião de Stonewall, em Nova York. O nome dessa “rebelião” vem do nome do bar onde ocorreu a operação policial: o bar Stonewall Inn, na Christopher Street, e nas ruas vizinhas, em Manhattan. Constantemente abordados por policiais, os frequentadores, a maioria formada por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, partiram para o confronto aberto com polícia de Nova York, em 28 de junho de 1969, data em que foram detidos vários “desviantes” e acabou se arrastando por vários dias o conflito. Essa data se internacionalizou como o “Dia do Orgulho Gay”.

Figura 1 – Rebelião de Stonewall em junho de 1969

Foto Chris Kos

Este evento catalisador consolidará a então política vigente até hoje do *coming out* (“sair do armário” em sua forma no português), como ato de se assumir publicamente sendo uma das muitas formas de luta. Aí nessa perspectiva do se assumir publicamente surge a expressão do “orgulho” em se mostrar publicamente, mostrando a todo restante da sociedade aquilo que se “é”. Essa materialização constitui a filosofia de agremiação nas paradas gays pelo mundo afora, exatamente dentro do aspecto da diferenciação do “nós” e “os outros”.

Figura 2 – Os confrontos com a polícia permaneceram por semanas em julho

Foto Julius Gavroche

Sobre a realização da primeira Parada Gay do mundo, no dia dois de novembro de 1969, Craig Rodwell e seus companheiros Fred Sargeant, Ellen Broidy e Linda Rhodes propuseram que a primeira *Marcha do Orgulho* ocorresse na cidade de Nova York por meio de uma resolução da Conferência Regional do Leste das Organizações Homossexuais (ERCHO – Eastern Regional Conference of Homophile Organizations), realizada na Filadélfia:

“O Lembrete Anual, para ser mais relevante, deve atingir um número maior de pessoas e abranger ideias e ideais da luta maior na qual estamos engajados aos nossos direitos humanos fundamentais movidos tanto em tempo quanto em localização/espço. Nós propomos que uma manifestação seja realizada anualmente no último sábado de junho na cidade de Nova York para comemorar as espontâneas demonstrações de 1969, na Rua Christopher, e essa manifestação seja denominada “Dia da Libertação na Rua Christopher”. Nenhuma regra/norma com relação à roupa ou idade deve ser feita para essa manifestação. Nós também propomos que entremos em contato com todas as organizações homossexuais do país para sugerir que realizem manifestações paralelas naquele dia. Nós propomos um programa de apoio de âmbito nacional.” (SARGEANT, 2010, p. 8).

Figura 3 – Ativistas americanos dos direitos gays, Foster Gunninson (1925-1994) e Craig Rodwell (1940-1993) (ambos ao centro) lideram a primeira marcha de aniversário, então conhecido como o “Dia de Libertação Gay” (e mais tarde Dia do Orgulho Gay). Nova York, 28 de junho 1970.

Foto Fred W. McDarrah

Figura 4 – Primeira Parada Gay da Filadélfia, 1972.

Foto Kay Tobin Lahunsen

Em 1970 São Francisco também tem a sua primeira Parada Gay, como uma busca pela liberdade de exercer a sexualidade de maneira aberta, advindo daí a necessidade do *coming out*. Apesar da vontade de exercer abertamente a sexualidade, o movimento gay se estruturou em guetos segregados em Nova York (Chelsea e Greenwich Village) e, principalmente, em São Francisco, no bairro do Castro, considerado o primeiro distrito gay do mundo.

II. b – Arco-íris verde-amarelo: o movimento gay no Brasil

Nove anos após a Rebelião de Stonewall em Nova York surge, no Brasil, o primeiro grupo com foco na militância pela causa homossexual: o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, fundado em São Paulo em 1978, no contexto da "abertura" política que anunciava o final da ditadura militar. Muitos outros grupos surgiram após esse com variados níveis de atividades, principalmente na década de oitenta. Edward MacRae, considerando “emancipatória” essas militâncias, comenta que o objetivo desses grupos é:

“a mudar a forma preconceituosa com que são encarados os homossexuais e combater a sua marginalização, privilegiando a questão da identidade mais do que a de classe, sofrendo assim uma série de questionamentos acerca de sua validade” (MACRAE, 1987, p. 81).

Uma das dúvidas frequentemente levantadas está no resultado possivelmente opressivo que pode ter a atitude de seus ativistas de aceitarem e até exibirem com orgulho o rótulo "homossexual". O grupo pioneiro, *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, mais conhecido como apenas *Somos*, tem pauta claramente inspirada no movimento de direitos civis a homossexuais nos Estados Unidos. Segundo Green (2000) o grupo foi formado a partir da publicação do periódico *O Lampião da Esquina*, chamando-se inicialmente Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. O nome foi criticado por ressaltar demasiadamente a proposta política. Considerou-se então usar o nome "Somos", em homenagem a uma publicação do movimento homossexual argentino que teve circulação entre 1971 e 1976. O nome oficial passou a ser, então, "Somos: Grupo de Afirmação Homossexual", evitando-se o termo "gay" por ser demasiadamente americanizada (GREEN, 2000, p. 396) ainda que a pauta fosse inspiradamente americana.

A trajetória do movimento homossexual brasileiro é dividida em três grandes “ondas” por FACHINI (2005): uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira, de 1992 aos dias de hoje. A primeira onda do movimento

homossexual brasileiro vem aliada ao movimento negro e ao feminista, contendo propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade. Pertenceram a essa fase o grupo Somos, de São Paulo, e o jornal Lâmpião da Esquina, editado no Rio de Janeiro, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista. Em sua pesquisa de doutorado, Edward MacRae situou 22 grupos homossexuais atuantes no Brasil nesse período, concentrados, sobretudo no eixo Rio-São Paulo.

Uma característica marcante nesse momento é uma ambiguidade na relação com o conjunto de bares e boates frequentados pelos homossexuais: existia uma tentativa de politizar o movimento sexual para abraçar pautas mais amplas no conjunto da sociedade para sair do gueto “político” ao mesmo tempo em que havia a necessidade de não se afastar da chamada "base", que se supunha poder ser encontrada no "gueto", que de certa forma garantia a legitimidade das lutas políticas. A polarização entre a defesa de setores de esquerda de uma "luta principal", que teria mais relevância sobre as "lutas específicas" e as lutas das "minorias" é outro aspecto marcante desse momento, que levará a desentendimentos entre ativistas e fissão entre grupos.

“O movimento desse período é marcado por um forte caráter antiautoritário, em reação ao contexto da ditadura. Isso impactava a própria forma de organização dos coletivos: tratava-se de grupos de reflexão, não institucionalizados, nos quais as coordenações eram rotativas de modo a evitar concentração de poder. O processo de produção da identidade coletiva de "homossexual ativista" fazia com que o grupo fosse visto como uma "comunidade de iguais", ou seja, pessoas que compartilhavam uma mesma "condição" e necessidades. Nesse sentido, qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada.” (FACCHINI, 2005, p.12).

Há um primeiro encontro de homossexuais militantes no Rio de Janeiro, em 1979, cujas resoluções foram: a reivindicação da inclusão do respeito à

"opção sexual"; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doenças, ou seja, a luta contra a patologização; e a convocação de um primeiro encontro de um grupo de homossexuais organizados, o que aconteceu em abril de 1980, em São Paulo. Ainda em 1980, temos o surgimento do primeiro grupo exclusivamente lésbico a partir de uma cisão no grupo Somos-SP. Em 13 de junho de 1980 ocorre a primeira passeata que o movimento organizou: o ato público contra a violência policial e a atuação da "Operação Limpeza" levada a cabo pelo delegado Richetti na região central de São Paulo. Conforme consta do relatório da Comissão Nacional da Verdade, o delegado José Wilson Richetti, chefe da seccional centro da polícia civil, protagonizou uma das mais arbitrárias violências contra a população LGBT com total respaldo institucional da secretaria de segurança pública e do governo estadual paulista. Em 1980, diante das pressões conservadoras, lançou, em conjunto com a polícia militar, uma série de operações batizadas como "Limpeza" ou "Rondão" com o objetivo de "higienizar" o centro da cidade e limpá-la da presença de pessoas tidas como indesejáveis.

“Por noite, eram detidas arbitrariamente e levadas à carceragem entre 300 a 500 pessoas tidas como "perigosas" e "abjetas" na região central de São Paulo: homossexuais, travestis, prostitutas e negros. Ali, elas eram torturadas e extorquidas com a utilização de métodos consagrados pela ditadura de então.” (QUINALHA, 2014, p. 245-271).

Ainda em 1980, temos a prévia do segundo encontro de homossexuais, com a demanda pela criação de uma comissão, uma rede ou entidade do movimento de nível nacional, o que só se efetiva, no entanto, em 1995. A partir de 1980 se inicia a atuação do Grupo Gay da Bahia, que vai ter uma influência muito grande nos anos de 1980 e que, de certa forma, vai ajudar também a fortalecer o ativismo no Nordeste. Em 1981, o jornal Lampião encerra suas atividades. Entre 1981 e 1985 acontece uma campanha nacional coordenada pelo Grupo Gay da Bahia para retirar a homossexualidade do código de doenças. Não havia uma articulação dos grupos no Brasil até então. Uma maior articulação só ocorrerá a partir dos anos 1990 com os desdobramentos da Constituição Federal.

Em 1983 ocorre a dissolução do grupo Somos de São Paulo. Também nesse momento eclode a epidemia do HIV/AIDS, reduzindo consideravelmente a quantidade de grupos homossexuais em seu próprio efetivo de luta, uma vez que o vírus se alastrou rapidamente, especialmente em São Paulo, onde os ativistas do primeiro momento se voltam para a construção da resposta coletiva ao HIV/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Diante do crescimento dos casos da doença e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público.

Entre 1981 e 1985 acontece uma campanha nacional coordenada pelo Grupo Gay da Bahia em uma segunda tentativa para retirar a homossexualidade do código de doenças. É nesse contexto que emerge o que FACCHINI (2005) chama de "segunda onda" do movimento homossexual no Brasil: um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a lenta expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e a chegada da epidemia da AIDS. Para a autora essa expansão do mercado de bens se deu de uma maneira geral, não citando especificamente qual foram os produtos. Foi nesse contexto que atuaram os grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia. O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade, em especial com relação aos direitos civis de homossexuais.

Com a volta ao regime democrático implica a falência do modelo de organização comunitária autonomista vigente nos grupos da "primeira onda" com uma redução drástica da quantidade de grupos além daquela percebida por conta da epidemia da AIDS. Já não existe mais a ditadura, o inimigo externo que tornava vários movimentos (da ampla minoria, gays, mulheres, negros, moradia, escolarização, entre outros) unidos contra o autoritarismo. O que faz com que o modelo anterior, de uma pauta conjunta com outros segmentos sociais em mobilização por reivindicações, não funcionasse mais. Além disso, a chegada da epidemia do HIV/AIDS, então apresentada como

"câncer gay" ou "peste gay", desmobiliza as propostas de liberação sexual tais quais delineadas na "primeira onda" sofrendo um revés nos avanços de espaço político devido à imagem negativa com que foram cunhados os gays ao redor do mundo.

Nesse contexto, o modelo de atuação que emerge é inspirado na atuação de grupos como Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia, que, diferentemente dos grupos anteriores, adotam um menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo; e uma ação mais pragmática e voltada para a garantia dos direitos civis e ações contra discriminações e violência, com organizações mais formais, não mais com rotatividade de direções, mas diretorias com cargo e funções definidas. O GGB e o Grupo Triângulo Rosa são os primeiros a se formalizarem legalmente como associações voltadas para os direitos de homossexuais, evocando o direito à associação e a valorização de relações com o movimento internacional se torna importante. Com essa nova característica do movimento no plano nacional há uma mudança de eixo de São Paulo-Rio de Janeiro para o Rio de Janeiro-Nordeste.

Outra mudança importante desse período é a adoção do termo "orientação sexual", de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma "opção" ou como uma "condição" inata, conforme dito anteriormente. O uso do termo "orientação sexual" implica afirmar que não se trata de escolha individual racional e voluntária, mas não se trata também de uma determinação simples. A adoção desse termo foi fundamental para as lutas empreendidas pelo Grupo Triângulo Rosa (CÂMARA, 2002). Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo Triângulo Rosa a articulação do movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão "orientação sexual" na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por "origem, raça, sexo, cor e idade" e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nesse momento, essa iniciativa fez com que o combate a esse tipo de discriminação se tornasse pauta do movimento, sendo posteriormente incluído nas legislações de vários Estados e municípios (VIANNA & LACERDA, 2004).

Boa parte da pauta de reivindicações do movimento gay atual já estava entre as demandas dos militantes homossexuais dos anos 1980. Em 1984, no encontro nacional de ativistas ocorrido na Bahia, a luta era pela despatologização da homossexualidade, por legislação antidiscriminatória, pela legalização do que na época se denominava como "casamento gay", por tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares. A partir do encontro nacional realizado em 1989, a AIDS passa a ter um lugar privilegiado na agenda do movimento, havendo ainda preocupação com a questão da violência, com a discriminação religiosa e a necessidade de estimular a formação de grupos. Já em 1990 e 1991, a grande ênfase recaiu sobre a luta contra a AIDS e a necessidade de fortalecer o movimento.

No início dos anos 1990, o movimento homossexual cresceu como forma de solução para essa situação, tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à AIDS. Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à AIDS, os quais permitiram que alguns grupos se organizassem no formato de organização não governamental (ONG). A entrada das pautas do movimento nas políticas públicas não se deu, portanto, pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde e, mais especificamente, a política de combate às DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS. Houve um aumento do número de grupos e a expansão do movimento por todos os estados do País, acompanhado por uma diversificação de tipos de organizações: não havia apenas grupos comunitários, mas também ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, que trabalham diretamente com a questão LGBT. Surgia, então, uma "terceira onda" do movimento.

Nesse novo momento, uma das características é a diferenciação de vários sujeitos políticos internos ao movimento: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos. A organização das travestis data do começo da década de

1990 e tinha como ponto de partida questões relacionadas ao impacto da questão da AIDS nessa comunidade e o consequente aumento dos casos de violência contra travestis, ponta mais visível e exposta da comunidade LGBT. Encontros nacionais de travestis passam a ocorrer ainda na primeira metade dos anos 1990 e a categoria é incorporada à sigla que representa o movimento a partir de 1995. As lésbicas são incluídas especificadamente apenas em 1993, apesar de estarem presentes nos grupos desde o início. Portanto, num primeiro momento, o movimento era homossexual, e por isso entendia-se que devia incluir gays e lésbicas. A organização dos grupos lésbicos no país ganha impulso com o início da organização dos Seminários Nacionais de Lésbicas, os Senales, a partir de 1996 (ALMEIDA, 2005). O início da organização de transexuais se dá a partir da segunda metade dos anos 1990 e está relacionada às lutas por acesso às cirurgias experimentais de transgenitalização, que são aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997.

Em 1995, ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. Além de um investimento sistemático de esforços no combate à AIDS e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia.

A partir da fundação da ABGLT, há um processo de multiplicação de redes nacionais. Em 2007, havia sete redes: a ABGLT, a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Nacional de Travestis (Antra), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro LGBT. Há ainda a criação de redes locais, como é o caso do Fórum Paulista GLBT, que nasceu com a missão de congregar todos os grupos, de todas as tendências existentes no

estado de São Paulo. Ainda nesse período, há um aumento da visibilidade na mídia e na sociedade. Após 1995, com o projeto de lei da união civil ou da parceria civil registrada, o espaço alcançado nos meios de comunicação e a reação conservadora que se seguiu, deu início a um grande debate social nacional, aberto e amplo sobre os direitos LGBT. Antes da epidemia do HIV/AIDS, a homossexualidade era praticamente invisível. A doença tornou conhecidos os espaços de sociabilidade e as práticas de homossexuais. Nesse momento em que surgem os primeiros projetos de lei a favor de direitos LGBT, começa a se construir publicamente a ideia de LGBT como sujeitos de direitos.

A necessidade de visibilizar essa comunidade que reivindicava direitos abre caminho para um dos signos distintivos da fase atual do movimento LGBT no Brasil: as Paradas do Orgulho que acontecem em diversas cidades de todos os Estados. Em 2007 foram realizadas, segundo a ABGLT, 300 paradas em todo o país. Da maior delas, a Parada de São Paulo, participaram, de acordo com o registro da Prefeitura desta cidade, três milhões de pessoas. Com o apoio de prefeituras locais, do Ministério da Cultura, de programas nacionais de Direitos Humanos e de combate à discriminação e à AIDS, as Paradas do Orgulho LGBT são frequentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de "simpatizantes", entre familiares, amigos e militantes de partidos e diversos movimentos sociais, sendo habitual ver famílias e pessoas de todas as idades participando do evento. As Paradas do Orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam LGBT como sujeitos de direitos.

Afirmar LGBT como sujeitos de direitos implica um crescimento da importância das relações movimento e Estado, bem como com o movimento LGBT e os movimentos por direitos humanos em nível internacional. Isso ocorre não apenas pelo apoio financeiro que o Estado ou as organizações internacionais passam a oferecer às organizações ativistas, mas especialmente pela abertura de canais de interlocução política com os

governos e com atores internacionais. Se, no primeiro momento, a questão era a luta contra a AIDS, as políticas relacionadas a direitos humanos começam a abrir espaço, até que se tem, em 2004, a criação do programa Brasil sem Homofobia, que é um programa nacional de articulação interministerial, cujo objetivo é inserir ações de combate à homofobia em diversos ministérios. Para tanto, são criados grupos de trabalho compostos por gestores, técnicos e ativistas, que passam então a contribuir na proposição e no controle social de políticas públicas.

Para além da atuação junto ao Poder Executivo, há todo um trabalho de sensibilização de parlamentares, investimento na eleição de parlamentares LGBT ou aliados e proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal. Entre tais projetos de lei, destacam-se os que atuam em relação ao reconhecimento do direito à constituição de famílias, com os debates sobre reconhecimento de uniões homoafetivas e a garantia de direitos quanto à paternidade/maternidade; os que atuam na restrição de comportamentos discriminatórios; e os que procuram garantir o reconhecimento da identidade social de travestis e transexuais. A partir dos anos 2000, tem-se a formação de coletivos apoiadores da causa GLBT, como a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual em âmbito estadual e nacional, que é depois rebatizada em várias localidades de Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. A esse trabalho de sensibilização e organização de apoiadores no interior do Estado dá-se o nome de incidência política ou *advocacy*. (FACCHINI, 2005, p. 19)

No que diz respeito à produção de conhecimento acadêmico, há um incremento significativo da pesquisa sobre sexualidade em várias áreas do conhecimento a partir dos anos 1990. Os anos 2000 trazem consigo o surgimento de grupos ativistas em prol da diversidade sexual no interior das universidades e a organização, a partir de 2003, dos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (Enuds), reuniões anuais que aglutinam estudantes e professores em torno dessa temática. A partir de meados dos anos 2000, acompanhamos, ainda, a formação de grupos e núcleos de pesquisa voltados para a diversidade sexual nas universidades brasileiras e a inclusão de grupos de trabalho sobre o tema sexualidade em encontros nacionais de associações científicas.

A visibilidade da homossexualidade é incrementada também pelo processo de segmentação de mercado, que se torna presente para todos os grupos sociais: do mesmo jeito que temos a criação de produtos de beleza para peles negras, programas de lazer, turismo e cursos para a terceira idade, acompanhamos também o surgimento de casas noturnas, bares, revistas, companhias de turismo e da mídia segmentados, ou seja, voltados para o público então designado pelos atores do mercado como "GLS" (gays, lésbicas, e simpatizantes). Isso tem um impacto grande porque, apesar de nas análises, distinguirmos o que é sociedade civil, mobilizada e organizada e o que é o mercado, esses limites se tornam menos identificáveis no cotidiano: tanto o movimento clamava por "visibilidade positiva" da homossexualidade quanto os donos de empreendimentos comerciais faziam concretamente certa forma de visibilidade ao identificarem casas, revistas e sites com bandeiras do arco-íris, que se tornam símbolos conhecidos da diversidade sexual. Como é de se esperar, a relação entre mercado segmentado e movimento social não se faz sem conflitos, visto que, apesar da visibilidade ser uma necessidade comum, há objetivos específicos a cada um dos dois tipos de ação em relação à comunidade (FRANÇA, 2007).

Enquanto boa parte dos movimentos sociais mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de "crise", o movimento LGBT não apenas cresce em quantidade de grupos e diversifica os formatos institucionais, como amplia sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Assim, entre os interlocutores do movimento LGBT, temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a AIDS, e movimentos de "minorias", especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional. Temos também agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado. Há ainda uma ampliação dos espaços de participação: comissões que discutem leis ou políticas públicas, mas também há a construção de espaços para a incidência política em âmbito internacional. A ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da visibilidade massiva por meio da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e, pela incorporação do tema de um modo mais "positivo" pela grande mídia, seja pela inserção de

personagens em novelas ou de matérias em jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos.

A incidência política e a visibilidade massiva têm sido as principais estratégias utilizadas pelo movimento nos últimos anos. Tais estratégias têm produzido muitos avanços, como é o caso da implementação do Programa Brasil sem Homofobia. Mas há também dificuldades de encaminhamento de demandas via Legislativo e um acolhimento via Judiciário que, embora importante, tem se limitado a decisões tomadas por juízes ou localidades considerados mais "progressistas". Há iniciativas importantes, como a construção e fortalecimento de Frentes Parlamentares, a elaboração e proposição de projetos de lei e mesmo o estabelecimento de normativas de associações profissionais, como é o caso dos conselhos de Psicologia e de Serviço Social, combatendo a patologização e a discriminação de LGBT.

No campo das demandas e especificidades dos sujeitos políticos que compõem o movimento, a epidemia da AIDS afetou e ainda afeta, gravemente as comunidades compostas por travestis e por "homens que fazem sexo com homens" (HSH). Os homens homossexuais conservam certas prerrogativas de gênero, negadas às lésbicas, que aproximam estas últimas do movimento feminista. Existem formas de violência de gênero que fazem com que homens homo e bissexuais sofram mais violência em espaços públicos, enquanto mulheres homo e bissexuais são mais vitimizadas em ambientes privados, sobretudo no ambiente familiar e de vizinhança (CARRARA E RAMOS, 2006). Bissexuais demandam o reconhecimento e o respeito de sua identidade na sociedade e no interior do movimento. A demanda pelo reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e pela adoção ou acesso às novas tecnologias reprodutivas por casais formados por pessoas do mesmo sexo ou homens e mulheres homo e bissexuais.

Um olhar menos conservador e mais propositivo em torno da questão da prostituição, o combate à violência e a garantia do acesso e permanência na escola representam questões centrais na agenda política das organizações de travestis. Já entre transexuais, a demanda pelo acesso a transformações corporais que promovam a adequação dos corpos às identidades de gênero

tem ganhado destaque. Demandas por adequação da identidade jurídica (mudança de prenome) e pela possibilidade de uso e reconhecimento do nome social em serviços de saúde e escolas, entre outros, unem travestis e transexuais na luta por direitos. As bandeiras de luta contra a discriminação e a violência e pelo respeito à laicidade do Estado, por sua vez, fazem com que se unam os diferentes segmentos que compõem o movimento LGBT.

O fenômeno da segmentação do movimento homossexual intensificou-se na segunda metade dos anos 1990, acompanhado pela multiplicação das siglas que representam demandas de reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Às vezes acusado de produzir uma "sopa de letrinhas", esse movimento é, sem dúvida, referência fundamental para pensarmos temas como diferença, desigualdade, diversidade e identidade na sociedade brasileira contemporânea. Um de seus maiores desafios também se coloca para todos os movimentos sociais, gestores públicos e sujeitos políticos implicados com o combate a desigualdades: equilibrar-se contingencialmente entre pólos dos pares igualdade/diferença e solidariedade/ identidade, de modo a confrontar a fragmentação e unir forças para a promoção da justiça social para a diversidade de sujeitos que poderiam ser tomados como integrantes da base do movimento.

Ainda que esse grupo tenha se orientado na busca de afirmação de uma identidade do ser do homem a partir da sexualidade, ele vai ser o precursor de diversos outros grupos que darão passos para a realização da primeira Parada do Orgulho Gay no Brasil, em 1997, São Paulo com a tomada do espaço público como instrumento de luta pela visibilidade com a ocupação e apropriação do espaço. As estratégias até então usadas, descritas anteriormente, vão se condensar no uso da via pública como forma de luta e protesto ainda que futuramente ela se configure como festividade na própria cidade. Essa estratégia não foi a pioneira no mundo, já que a primeira parada ocorrera vinte e oito anos antes, mas com o diferencial de ter sido a primeira parada no hemisfério sul.

II. c – Parada Gay em São Paulo: continuidades e rupturas

A primeira parada gay foi idealizada, organizada e realizada pelo grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor) que se inspirou nos movimentos gays de Nova York e São Francisco para concretizá-la. O foco era a manifestação política. Megafones, um pequeno veículo de transportes de passageiros, uma perua (Kombi) e alguns homossexuais e travestis iam próximos ao veículo com faixas e cartazes gritando palavras de ordem por respeito e dignidade aos gays no trecho entre o prédio da Gazeta na Avenida Paulista (número 900) até o vão do MASP (número 1578) em um percurso de 600 metros.

MAPA 1: Trecho da I Parada Gay de São Paulo – 1997.

A Parada cresceu em quantidade de participantes e importância no contexto da cidade. A grande visibilidade decorrente do uso da via pública cartão-postal da metrópole e a pressão de empresas que viram o grande número de participantes como um nicho de mercado para seus produtos querendo assim vincular suas marcas à Parada (tanto no dia do evento principal como nas demais atividades relacionadas à Parada como transporte, hospedagem, alimentação, baladas) bem como a busca por controle desse megaevento internamente fizeram com que em 2003 houvesse uma ruptura nesse processo quando foi criada a APOLGBT (Associação da Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) que passou a controlar a Parada em detrimento do já afamado CORSA o que representou também uma mudança de postura na condução do evento que tinha mais um caráter de manifestação e acabou por se tornar uma festividade.

Figura 5 – Primeira Parada Gay de São Paulo em 28 de junho 1997, apenas parte da Avenida Paulista era interditada e ônibus e carros circulavam por ela.

Foto Milton Michida

A partir de então aí se mudaram os rumos e o número de participantes que, a época (2003), já chegava a um milhão de pessoas. A presença de autoridades reforçava o caráter cívico do que antes era uma manifestação e passou a se tornar um evento festivo. A cobertura da mídia e o reforço policial davam mais visibilidade ainda. Desde 2005 a Parada do Orgulho Gay de São Paulo (*São Paulo Gay Pride Parade*) é o maior evento do gênero do mundo ultrapassando em número de participantes as pioneiras São Francisco e Nova York, e, desde então, entrou para o calendário de eventos oficial da cidade de São Paulo. O processo de incorporação da Parada à institucionalidade de festividade teve seu ponto máximo durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. Segundo a SPTuris (Empresa Estatal de Turismo do Município de São Paulo), a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é o evento que atrai mais turistas à cidade, e em todo o país só fica atrás do Carnaval do Rio quando se consideram os turistas internacionais.

MAPA 2 – Trajeto da Parada Gay em 2015 (do Ed. Gazeta à República)

Capítulo III – A região da Avenida Paulista e a “gourmetização” da Rua Frei Caneca

1 – A região da Avenida Paulista e a sua centralidade

A “identidade de uma região” se refere “às características de natureza, cultura e dos habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais”, através de classificações que excluem determinados elementos e incluem outros, expressando assim “o poder de delimitar, nomear e simbolizar o espaço e grupos de pessoas” (Anssi Paasi, citado por HAESBAERT, 2010, p. 19).

O conceito de territorialidade e região e seus conceitos limítrofes vêm assumindo novos e flexíveis significados em décadas recentes na Geografia o que possibilita o estudo de novas questões sob novos prismas/enfoques, como a das territorialidades inseridas no espaço urbano e que estão fora do controle do Estado. Dentre estes, destacamos as territorialidades formadas por grupos de homossexuais, grupos religiosos, organizações criminosas, vendedores ambulantes, e profissionais do sexo, entre outros e, para o presente estudo, o caso especificamente dos do primeiro grupo. Deste modo, podemos perceber que estes grupos possuem uma organização própria que independe das organizações de Estado. Organizados como grupo os indivíduos podem defender a sua própria territorialidade e criar novas (outras) identidades.

Ao se escolher o recorte espacial para definir a pesquisa é preciso pensar na possibilidade/esforço de consenso entre as partes (o regional) e o todo (o global). Definir isso para um trabalho geográfico já em si seria um desafio hercúleo: “Se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como

defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, “regiões” minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?” (HAESBAERT, 2010, p3).

Um primeiro pressuposto do qual é possível partir é de que “regionalizar” significa, de saída, assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos chamados processos globalizadores, ainda que a globalização esteja longe de ser um consenso. Muitos pesquisadores preferem mesmo utilizar o termo sempre no plural, “globalizações”, distinguindo aí suas múltiplas dimensões, a enorme desigualdade com que é produzida/difundida e seus diferentes sujeitos *“tanto no sentido daqueles que prioritariamente a promovem e a desencadeiam, quanto daqueles que a ela, basicamente, encontram-se subordinados.”* (HAESBAERTH, 2010, p. 3).

Na sua conclusão de dissertação de mestrado, Rogério Haesbaert, na década de 90, destacava (e transcrevo na íntegra, pois se pretende uma sinergia com o presente estudo):

[...] as práticas de controle político, cultural e, sobretudo, econômico permanecem cada vez mais vivas e globalizadoras. Torna-se fundamental, portanto, recuperar o *entendimento do papel das diferenças, enquanto alternativas possíveis para uma nova e quem sabe múltipla dinâmica da sociedade*. Neste contexto tem lugar o resgate de conceitos como, em Geografia, o de região. Como vimos, já no discurso do francês Vidal de la Blache a manifestação das ‘individualidades geográficas’ ficava evidente, e a tradicional Geografia da ‘diferenciação de áreas’ é uma prova incontestada de que a própria diferenciação espacial constitui, de certa forma, uma das razões de ser do conhecimento geográfico. Diante da preocupação, às vezes cega, em abarcar toda a realidade em conceitos e teorias gerais, neopositivistas e muitos marxistas estiveram juntos, dizendo romper brutalmente com uma Geografia ‘empirista e inútil’ que, de qualquer forma, constitui suas raízes. A própria realidade, hoje, parece exigir uma postura mais criteriosa, onde os ‘cientistas’ sociais devem negar as teorias definitivas e as ortodoxias, por não darem conta das transformações e da complexidade do real, sem com isso, entretanto caírem no empirismo de que tanto já nos acusamos (1988, p.92).

Propõe-se aqui um caminho mais complexo, para o entendimento da região não simplesmente como um “fato” (em sua existência efetiva) nem como um mero “artifício” (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento). Propomos então tratar a região como um “artefato” (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política.

Mesmo assim, o Estado, organização considerada única detentora do território, vai tentar impor aos outros grupos um controle sobre suas territorialidades. Deste modo, as organizações policiais vão reprimir as atividades consideradas criminosas e controlar as atividades consideradas lícitas criando territorialidades de segurança. Como aparelho de segurança do Estado, a polícia tem um papel muito importante na modelação do espaço urbano. Com relação à localização dos espaços gays e também os da prostituição é importante ressaltar que além da segregação espacial, questões de ordem legal e atuação policial, tem influído na organização dessas territorialidades.

Escolher a região da Avenida Paulista e especificamente o caso da Rua Frei Caneca que tipifica esse duplo sentido de local de segregação espacial em uma territorialidade gay e ao mesmo tempo inserida como centralidade nos processos de renovação urbana que avançam da Paulista em direção à área mais central. Essa territorialidade gay é mais uma das territorialidades possíveis numa metrópole segregada e cindida internamente pelo capital. Algumas territorialidades urbanas podem ser demarcadas por um limite preciso que, muitas vezes, não é perceptível para a população local, como o limite de atuação de uma delegacia de polícia ou de um distrito escolar. Já outras territorialidades são demarcadas por limites simbólicos, como posturas, formas de condutas, vestimenta, e até mesmo formas de comunicação oral (o que também pode passar despercebido). O limite da atuação territorial pode ser um limite cultural, comportamental, social, onde a pessoa “diferente” não pode usufruir do mesmo espaço por não “pertencer” a ele. É de certa forma, uma maneira dos diferentes grupos urbanos se imporem como grupo no contexto de fragmentação da cidade moderna.

Nesse ponto citado de “não ser visível para o restante da população” pode-se citar o conceito de *circuitos gays* que tratam de pontos no traçado urbano e sobre uma determinada região geográfica que não são contínuos entre si, mas são identificáveis somente entre os seus frequentadores, usuários. A noção de circuito, descrita por Magnani, diz respeito à “articulação que une estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguo na paisagem urbana, sendo reconhecidos em sua totalidade apenas pelos usuários: circuito gay, cinemas de arte, brechó, outros” MAGNANI, 2000, p. 45), ou seja, os circuitos gays só são conhecidos por seus usuários, oculto aos que desconhecem as práticas do “meio” gay. Contudo, apesar deste conceito esmiuçar melhor as relações entre os indivíduos, mas para o caso da geografia, essas relações não se dão no “ar”. Dá-se sobre uma base material, ou seja, sobre o espaço geográfico. Nesse contexto, com uma visão mais agregadora, flexível e contemporânea acerca da territorialidade, encontra-se nos estudos de Haesbaert uma linha conceitual que se aproxima mais da dinâmica espacial produzida nesses dois recortes espaciais serem elucidados neste presente trabalho, tanto o caso da Rua Frei Caneca quanto o da Avenida Vieira de Carvalho. Segundo Haesbaert,

“A região, enquanto entidade geográfica concreta, a regionalização, enquanto processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas, e a regionalidade, enquanto propriedade do “ser” regional (especialmente em sua dimensão simbólica e vivida) enfrentam hoje, num mundo globalizado, reconfigurações que atestam uma crescente complexidade em termos do seu desenho espacial e do entrecruzamento dos sujeitos e dimensões que as constroem. A região, assim, deve ser vista muito mais dentro de um processo mutável de desarticulações, em rede (num jogo nem sempre coincidente entre coesões funcionais e coesões simbólicas), do que nas formações zonais integradas e bem delimitadas com que tradicionalmente era trabalhada.” (HAESBAERT, 2010, p. 2).

Nesse sentido de complexidade, nos casos da Rua Frei Caneca e Avenida Vieira de Carvalho, a multiterritorialidade aparece como a vivência de múltiplas territorialidades, ao mesmo tempo, concomitantemente ou

consecutivamente. A partir dessa linha de pensamento pode-se chegar à reflexão de que o mundo contemporâneo em que vivemos não teria mais essa continuidade espacial, relacionadas aos mais tradicionais conceitos de territorialidade, mas a vida estaria toda fragmentada nessa rede. A dinâmica espacial de territorialidade-rede como uma territorialidade descontínua, marcada pela mobilidade em que predomina o elemento rede, ou seja, o controle dos fluxos pelo controle das redes, ou dos pontos de conexão. O uso deste conceito de territorialidade-rede vem na tentativa de superar a dicotomia entre territorialidade e rede, marcadas pela continuidade e descontinuidade. Portanto, o conceito de territorialidade e multiterritorialidade na visão de Haesbaert proporciona um melhor entendimento da dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista.

“A região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. (...) Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 46 apud HAESBAERT, 2010, p. 10).

A territorialidade, ao mesmo tempo em que dá identidade ao grupo, é base para a afirmação do seu poder, sendo o controle do território fonte de poder. Desta forma, os diferentes grupos urbanos, ao territorializarem certo espaço, estão demarcando os seus territorialidades de sobrevivência e convivência, além de estarem delimitando fronteiras que vão definir suas posturas sociais tomadas no interior do espaço urbano. Contudo, segundo Haesbaert, o mundo contemporâneo não teria mais essa continuidade espacial, mas ele estaria todo fragmentado espacialmente conectando diversos pontos através de uma rede superando assim uma velha dicotomia do território como espaço contínuo, concreto e a rede como um espaço desintegrado, fragmentado. (HAESBAERT, 2004). Esses territórios-rede também são citados por Bourdin “sempre houve territorialidades descontínuos, os dos comerciantes e seus balcões, os das peregrinações e de suas igrejas de romaria, "territorialidades-rede" de que o Império de Veneza oferece uma perfeita

ilustração. Hoje, este tipo de territorialidade domina, dando um outro significado aos recortes tradicionais, sobretudo políticos”. (BOURDIN 2001, p. 167 apud HAESBAERT, 2008, p. 30).

Nesse discurso, “o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 50 apud HAESBAERT, 2010, p. 10). Essa concepção de espaço também como produto da subjetivação sugere um uso e ocupação do espaço da Rua Frei Caneca que foge meramente da localização dos estabelecimentos, mas um vínculo afetivo com o lugar, como também ocorre com os vínculos criados na região entorno da Avenida Vieira de Carvalho. Ocorre aqui um descolamento, no nosso ponto de vista às vezes extremado, em relação às bases materiais, ao “realismo” sobre o qual a região *também* é construída. Descolamento que subvaloriza ou mesmo menospreza, nessa “produção regional”, a ação concreta e a atividade material dos múltiplos sujeitos que aí estão produzindo seu espaço, que é sempre, ao mesmo tempo, material e simbólico. Nas palavras do autor, “ao mesmo tempo em que inventavam o Nordeste, iam se inventando como sujeitos nordestinos” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 31 apud HAESBAERT, 2010, p. 10) – mas, provavelmente faltam enfatizar, “sujeitos” não apenas a partir de uma “invenção” meramente “discursiva”, “representações de espaço” aleatoriamente concebidas, mas também de práticas espaciais percebidas, e de um espaço de representação, ou “vivido”, no sentido proposto por Lefebvre (1986). Por isso, para o autor, espacialidade está ligada a “percepções espaciais que habitam o campo de linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 23 apud HAESBAERT, 2010, p. 10).

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 24 apud HAESBAERT, 2010, p. 10). Da mesma maneira, uma territorialidade gay circunscrita dentro da área da metrópole, caso da Rua Frei Caneca, é

atravessada por variadas outras relações e multiplicidade de sobreposições de outras territorialidades. Por outro lado, o regionalismo se apoia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 28 apud HAESBAERT, 2010, p. 10).

A partir desse levantamento feito anteriormente não somente em torno do conceito de territorialidade, mas também no tocante à definição de região pode-se chegar agora à própria região da Avenida Paulista e entendermos os seu contexto de centralidade na dimensão espacial da metrópole.

A instalação dessas sedes de bancos e empresas consolidou uma centralidade do capital na Avenida Paulista atraindo para a região um grande contingente de trabalhadores, em geral, do setor de serviços. Essa centralidade do capital gerou uma nova centralidade urbana, em detrimento da centralidade da Sé/República como Centro Antigo. A referência à modernidade que a Paulista trazia fez dela um chamariz para turistas e trabalhadores vindo de outras regiões. Seus usos, ao contrário do padrão estabelecido na época dos casarões e do baronato cafeeiro, se tornaram tanto plurais quanto a variedade da nova população aqui estabelecida. Todos queriam a Avenida Paulista, todos tinham a oportunidade, de em algum momento passar e ou passear por ela, cartão-postal da metrópole.

Essa variedade de estilos, comportamentos ratificou a possibilidade de se ser o que se quiser ser na Avenida Paulista, como “praia dos Paulistanos”. Ao que parece, a ideia de “pulverizar o Centro” noutras partes da cidade como uma estratégia de uso da Avenida Paulista como um imenso shopping, com suas calçadas largas em linhas retas, com policiamento e facilidade de acesso por três movimentadíssimas estações de metrô. Essa “praia dos Paulistanos” é frequentada por uma camada da população que a usa como um imenso *boulevard*, com um flaneur típico de corredores dos *shoppings centers*, um público que “Não costumavam ir ao centro sequer para fazer compras. Os seus “centros” eram outros, especializados principalmente no consumo. Os shoppings da cidade eram os locais onde parte da vida realizava-se. Não é

apenas o comprar objetos que se faz nesses lugares. Eles possuem também toda uma área de lazer à disposição (cinemas, áreas de jogos para crianças, praças de alimentação)” (ALVES, 2010, p. 167). O centro da cidade está dessa forma diluído em outras centralidades sendo a Avenida Paulista, uma delas: “Para essa parcela da população o centro está pulverizado. O poder se apresenta disseminado por vários locais. e tem diluída a consciência espacial ao viver e perceber a cidade apenas de modo fragmentado.” (ALVES, 2010, p. 168).

Entretanto nem tudo se realiza conforme as estratégias delineadas. Na Av. Paulista temos clubbers, darks, punks, gays, skinheads, nordestinos, negros, ricos, pedintes, senhoras, trabalhadores braçais, engravatados executivos, bancários, office-boys, skatistas, ainda que em determinados dias e horários, esses diferentes grupos sociais se apropriam do espaço na/da Paulista principalmente a partir dos anos 70 quando, de “minorias”, “desviantes”, “marginais” passam a “novos atores políticos”, exigindo a participação na sociedade. Segundo Manuel Castells, citado por MAGNANI (2000:28), não se podia falar de uma teoria específica do espaço e sim de desdobramentos e especificações da teoria da estrutura social, já LEFEBVRE (apud MAGNANI 2000, p. 28), em contrapartida, recupera a “irredutibilidade do urbano”, “a cidade como artefato” enquanto objeto de reflexão e intervenção, “o que é feito com arte”, um produto da cultura para além do espaço descolado do homem como uma existência efetiva nem tão somente como mera invenção ou recurso teórico de leitura de realidades, mas como entrecruzamento das duas de forma a servir como ferramenta política. A territorialidade aparece então, ao mesmo tempo, como *“criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”)*. (HAESBAERT, 2010, p. 7). Na territorialidade gay tipificada na Rua Frei Caneca temos o uso e apropriação espacial permeando estas três dimensões: dos constantes novos usos e transformações, da arte da reinvenção a partir do “jogo interno e externo” com as outras territorialidades e dando conta de uma realidade territorial, de um espaço geográfico, de usos e apropriações, que já “estava em campo” (uma conjuntura prévia).

Quando o espaço torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de *pedaço* que designa aquele espaço intermediário entre o público e o privado (a casa), onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações individualizadas impostas pela sociedade (LEFEBVRE apud MAGNANI 2000, p. 32). Esses espaços na região da Av. Paulista que são apropriados por esses diferentes grupos.

Essa centralidade do capital financeiro fez da Avenida Paulista um símbolo de pujança do capital na metrópole. O prédio da Gazeta com sua arquitetura aberta à rua e suas imensas escadarias funcionavam como ponto de encontro e aglomeração para as partidas de caminhadas, paradas e manifestações. Mais à frente encontra-se o edifício do Museu de Arte de São Paulo – MASP com seu imenso vão. Projetado por Lina Bo Bardi, sua arquitetura privilegiou em seu vão um imenso espaço público incrustado na avenida. Neste vão é possível a aglomeração e a reunião públicas de variados segmentos sociais que demandavam espaço físico e, ao mesmo tempo, uma centralidade. Poder-se-ia pensar que a centralidade é na Sé, o que é de fato, mas na Avenida Paulista encontra-se a possibilidade de afronta em relação ao poder financeiro e a respectiva especulação financeira. Ainda que as decisões sejam tomadas a milhares de quilômetros dali, geralmente nas sedes mundiais desses bancos localizadas em outros países, a possibilidade de simbolicamente você se manifestar na frente da representação dele no país segue sendo uma tática de visibilidade. Foi essa visibilidade que, mais adiante, foi o requisito para se escolher a paulista como espaço da primeira parada em São Paulo.

A condição de cartão postal do capital financeiro e industrial da metrópole para todo o Brasil e para muitos lugares do mundo, como antagônico a imagem de atraso que se erroneamente se associa a um Brasil rural, florestal é a mesma condição que se dará para a espetacularização dos movimentos sociais que ocorrerão nela. Tal dinâmica leva a se considerar a Paulista como amplificador da voz das ruas, com a possibilidade de ser visto e ouvido mesmo

que em meio à multidão. Nos bairros, independente se de pobres ou ricos, essa voz fica mais esmaecida em sua cor.

A escolha da Paulista para a primeira Parada do Orgulho Gay em 1997, que teve, segundo a Polícia Militar dois mil participantes, levou em conta esta condição de centralidade, com a sua respectiva visibilidade. Ao longo dessas quase duas décadas foram sendo reforçados os estereótipos de uso da Avenida Paulista como territorialidade gay, demarcada por limites simbólicos, como posturas, formas de condutas, vestimenta, e até mesmo formas de comunicação oral, por sua comunidade e pelo restante da população, à medida que aumentavam os números de participantes. Que, em 2006, por exemplo, nove anos depois, chegou a 2,5 milhões de participantes pelas contas da própria Polícia Militar. E 3,5 milhões nas edições de 2007 e 2010, pelos dados da própria organização do evento.

Essa visibilidade e a sedimentação desses usos incorporou a Avenida Paulista mesmo fora do evento da Parada Gay a uma territorialidade gay na metrópole paulista, sendo reconhecida dentro e fora da cidade, dentro e fora do país como parte dessa territorialidade.

Para o entendimento da ideia de “região da Paulista” considera-se o trecho dos arredores da Avenida Paulista concentrada e organizada, principalmente, no trecho da Rua Frei Caneca. Os estabelecimentos comerciais e de entretenimento são pontos fixos, concentrados em diferentes intensidades, organizados ou não em contiguidade pelo espaço-rede que está articulado pelos mais variados trajetos que perfazem esta territorialidade.

MAPA 3 – Região da Avenida Paulista com destaque para a Rua Frei Caneca e sua miríade de bares, lojas, restaurantes e lazer para a comunidade gay.

Os estabelecimentos funcionam em diversos períodos do dia e da noite; nesta porção da cidade tida como nobre, quanto ao valor imobiliário de troca, relacionado à sua localização. Fluxos de pessoas e veículos articulam pontos fixos de estabelecimentos privados, públicos e semi-públicos; construindo e delimitando a territorialidade que ocupa uma posição elevada na hierarquia do circuito gay paulistano.

O fenômeno da concentração de estabelecimentos classificados como “GLS” ou mais recentemente como “*gay friendly*” (nome pelo qual são conhecidas as casas receptivas a esse público) é resultado de um processo que tem como ponto de partida os anos noventa; data desta época o surgimento das duas primeiras casas especificamente gays na região – os clubes “Massivo”, “Nostromondo” e “Aloka”.

Esse fenômeno do deslocamento e da concentração gradativa de parte dos estabelecimentos da territorialidade gay que compreende o circuito gay,

para a Avenida Paulista; tem esse deslocamento gradativamente ampliado devido à intensificação do processo de depreciação urbana e da consequente obsolescência que relegou, para a região da República, o controle de grupos de menor “poder de escolha” quanto ao uso do solo no espaço urbano, sendo esse contexto produto de processo maior de segregação espacial na metrópole, concentrando nesta região territorialidades de segregação.

A concentração destes estabelecimentos no trecho da Rua Frei Caneca condensa o que a Avenida Paulista enquanto nova centralidade na cidade também representa. Essa nova centralidade também engloba os lazeres e especificamente a territorialidade gay que passa a compreender boa parte dos estabelecimentos do circuito gay na metrópole paulista. O Centro passa a simbolizar a decadência enquanto a Paulista tende a representar o que há de moderno e avançado, concentrando estabelecimentos mais sofisticados e seguros, numa localização nobre da cidade – processo que diz respeito ao uso do solo urbano que obedece às lógicas de rentabilidade formuladas através da especulação imobiliária que visa à reprodução ampliada do capital. A cidade é vendida em partes inclusive com “direito de uso temporário”; onde o espaço transforma-se em mercadoria e o uso torna-se um ato de consumo – cuja “localização de uma atividade só pode ser entendida no contexto urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares, na metrópole.” (CARLOS, 2000, p. 32-33).

Encadeando as considerações feitas pode-se argumentar que o espaço urbano revela-se rigidamente fragmentado e hierarquizado, onde o conteúdo da fragmentação diz respeito à diferenciação de classes materializada nos lugares pela desigualdade dos atos de uso. Se no contexto da metrópole as territorialidades gays são segregadas social e espacialmente pelo aspecto da particularidade do grupo ou grupos que a encerram; temos que essas territorialidades apresentam diferentes hierarquizações, cujo conteúdo da fragmentação diz respeito à mesma diferenciação de classes já revelada no contexto maior do processo da segregação espacial da metrópole.

A Paulista e Frei Caneca contam com uma miríade de estabelecimentos gay friendly como o Shopping Frei Caneca, Shopping Paulista, Shopping

Center 3, Academia Runner e Bio Ritmo, Spot, América além do Parque Trianon que é uma tradicional territorialidade de prostituição viril que opera dia e noite, também conhecido ponto de perambulação gay na metrópole paulista isso só pra falar dos grandes estabelecimentos. Estima-se que metade dos endereços dessa “territorialidade gay” difusa na metrópole, com público de orientação predominantemente homossexual, fique nos arredores da Paulista.

A ideia apresentada por Henri Lefebvre, segundo a qual uma das características da sociedade moderna é a “vitória do valor de troca sobre o valor de uso” – onde o espaço urbano é cada vez mais transformado em mercadoria e onde “o poder controla o fluxo, o uso e o tempo de uso dos lugares” (LEFEBVRE, 1983, p. 452) o tempo se reduz ao emprego obrigatório do espaço: percursos e caminhos, trajetos, transporte. Os deslocamentos cotidianos pelas ruas, no bairro, espaço habitado, se caracteriza como emprego do tempo – um tempo produtivista que captura o uso, normatizando-o e esvaziando-o de conteúdo. Um tempo que se liga à esfera da necessidade e revela que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar ao mercado, limitando as condições e as possibilidades do uso no espaço urbano, cuja tendência na relação habitante-lugar é a *“constituição de uma identidade abstrata produzida como consequência da extensão do mundo da mercadoria que invade e transfigura a vida cotidiana, onde os signos proporcionam o modelo para manipular pessoas e consciências organizando as relações sociais direcionadas pelo consumo do espetáculo”* (CARLOS, 2000, p. 31).

Isto pode ser constatado através dos limites impostos ao lazer e ao flunar; o corpo e os passos estão cada vez mais restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados ou privados na Rua Frei Caneca: desde a variedade de bares e estabelecimentos além, é claro, do estigma dessas características: o Shopping Frei Caneca. Essa tendência sugere que há uma diminuição dos espaços – que transformados em mercadoria – tem o acesso associado à compra e venda de um “direito de uso temporário”, onde ora o espaço é mercadoria ou mera área de circulação – isto porque *“a prática socioespacial é limitada por trajetos e usos, por lugares capazes de serem apropriados pelo corpo e seus sentidos, estes se realizam em determinados lugares da*

metrópole e, não na totalidade de seu espaço” (CARLOS, 2000, p. 31). Como no trecho a seguir:

“No panorama das ruas lê-se a vida cotidiana – seu ritmo, suas contradições, sentimentos de estranhamento, formas como se trocam mercadorias, modo como a solidão desponta, a arte da sobrevivência; suas delimitações. Mas ao lado dos espaços públicos há, na metrópole, os espaços semi-públicos que tendem a substituir os públicos como espaços comerciais, como galerias, shopping centers, por exemplo onde os encontros, organizados e normatizados, são locais de exclusão. Tem horário de funcionamento, abrem e fecham, são vigiados, não são acessíveis a qualquer hora ou mesmo dia, nem a “qualquer um”, contém códigos e normas de uso (muitos deles são espaços abertos a encontros organizados em torno de signos, como aquele do ritual da mercadoria onde o habitante se transforma, potencialmente, em consumidor).” (CARLOS, 2000, p. 31)

Quanto mais o espaço é funcionalizado, mais é passível de manipulação, limitando-se às possibilidades de apropriação. Nesse processo, o cidadão se reduz à condição de consumidor; o ato de lazer se reduz ao consumo do espetáculo; os estabelecimentos e os espaços de lazer cada vez mais funcionalizados tendem a aparecer enquanto mercadoria nas áreas mais hierarquizadas dessa territorialidade gay – limitando as possibilidades de uso e impondo uma manipulação das relações sociais, impedindo a constituição de uma identidade concreta na relação habitante-lugar, cuja tendência é produzir uma identidade abstrata mediada pelo mundo da mercadoria que invade a vida cotidiana até mesmo nas próprias territorialidades gays, que segue o mesmo ritmo de apropriação, uso, segregação da metrópole.

Por outro lado, toda a relação habitante-lugar é passível de produzir identidade:

“A identidade se constitui na ordem próxima, mas revela a ordem distante, aquela que diz respeito à constituição da sociedade urbana, com seus valores e modo de vida. A identidade na metrópole se constrói a partir do sujeito no plano da vida imediata, aquela do bairro, no lugar onde esta se desenvolve através dos modos de habitar, nas

relações de vizinhança, através do uso do espaço que marca as formas de sociabilidade, de reconhecimento, produzindo referenciais que dão suporte à memória, porque sustentam a vida de relações e criam identidade. A relação entre a realização da vida contempla as possibilidades da invenção e da espontaneidade que tem lugar na metrópole. São os momentos das apropriações possíveis, que privilegiam o uso em detrimento da troca, nascimento comum de desejos que querem mudar a vida ou intensificá-la e que se colocam como possibilidades de existência dos espaços do encontro, da troca, da informação, dos jogos, dos divertimentos, do prazer. Isto porque o espaço contém virtualidades que emergem e reproduzem o uso, restituindo e impondo um projeto de espaço.” (CARLOS, 2000, p. 289).

Nas fendas e rachaduras da cidade edificada, demolida e reconstituída é possível nos seus interstícios à apropriação do espaço urbano como condição necessária à vida – mesmo que de modo cada vez mais limitado. Para MAGNANI (2000) a identidade e os laços de contiguidade na territorialidade podem se realizar por outros meios, como por exemplo, os usos, orientações, hábitos, estilos de vida:

“No contexto do bairro, por exemplo, uma das formas de apropriação do espaço, como foi visto, tem como referência a articulação de vínculos existentes – de família, vizinhança, procedência – resultando na sociabilidade típica do pedaço. Não é difícil reconhecer a existência de pedaços também em regiões centrais da cidade, quando se trata de áreas marcadamente residenciais: trata-se da mesma lógica. Em outros pontos, porém – usados principalmente como lugares de encontro, lazer –, a diferença com relação à ideia tradicional de pedaço é que, aqui, os frequentadores não necessariamente se conhecem – ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia do bairro –, mas sim se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes. Está-se entre iguais, nesses lugares: o território é claramente delimitado por marcas exclusivas. O componente espacial do pedaço, ainda que inserido num equipamento ou lugar de amplo acesso, não comporta ambiguidades porque está impregnado pelo

aspecto simbólico que lhe empresta a forma de apropriação característica.” MAGNANI (2000, p. 39-40)

Dessa forma o lazer enquanto prática de sociabilidade, relação humana, permite a criação de vínculos entre as pessoas, além de implicar determinadas formas de relação com os equipamentos e espaços urbanos. O uso concreto da materialidade espacial da Rua Frei Caneca, utilizando suas vias públicas, o uso dos bares e restaurantes que, principalmente à noite, (principalmente sextas-feiras, sábados e domingos) estão apinhados de gays, numa zona de maior tolerância, com mãos dadas e demonstrações públicas de afeto. Porém a relação apesar da condição de lazer, recreação, reflete uma condição de uso e de troca no conjunto das práticas socioespaciais na territorialidade em questão. Através da prática socioespacial, nas possibilidades e nos limites do uso, as territorialidades gays ganham identidade e sentido, presença – enquanto lugar do reconhecimento, como se pode perceber na análise de CARLOS:

“A ideia de comunidade aparece como uma ideia de coerência na existência do bairro como realidade urbana enquanto lugar dos encontros, intercâmbio de iniciativa de grupos e de indivíduos que se reconhecem enquanto tal, lugar possível da sociabilidade e da espontaneidade. Antes de tudo a ideia de comunidade revela o conhecido/reconhecido: é real mais do que ilusório e não se aproxima de uma visão idealizada da metrópole. Significa pensar o bairro como possibilidade do indivíduo participar da vida social em grupo; lugar da constituição da identidade que compõe o mundo afetivo.” (CARLOS, 2000, p. 290).

A possibilidade do indivíduo participar da vida social em grupo para compor um mundo afetivo confere uma esfera de comunidade à Rua Frei Caneca, com uma territorialidade demarcada dentro de limites possíveis, específica, particular. Expressão de uma realidade específica. Nesses termos, a identidade se constrói na relação com o outro e na relação com o lugar: é essa consciência do “pertencer a um grupo e a um lugar” que faz aflorar as possibilidades do uso prescrevendo territorialidades. Onde o uso não é apenas

um ato de consumo e o espaço não é apenas mercadoria – muito embora tais territorialidades resultem da segregação espacial maior como parte do processo de reprodução do espaço enquanto condição/produto da acumulação ampliada do capital.

Seguindo-se ainda na ideia de comunidade, e mundo afetivo numa perspectiva de um tribalismo ou de um grupo com uma consciência afetiva, MAFESOLI (1987) afirma que a humanidade vive um “período empático”, em que predomina a indiferenciação e o perder-se em um “sujeito coletivo”, chamado por ele de “neotribalismo” (MAFESOLI, 1987: 16). Observando as tribos através de uma ótica otimista, também as define como uma “comunidade emocional” (MAFESOLI, 1987: 17) ou “nebulosa afetiva” (MAFESOLI, 1987: 126), em oposição ao modelo de organização racional típico da sociedade moderna. Assim, nas tribos, o que conta é o fato de estar junto, que promove o sentir junto, cujo protótipo é a vibração de uma torcida pelo seu time. Isto é o que é buscado no engajamento a estes grupos, uma nova ética – “ética estética” – segundo sua definição particular. Trata-se apenas de uma rede de amizades pontuais, que se reúnem ritualisticamente com a função exclusiva de reafirmar o sentimento que um dado grupo tem de si mesmo, como ocorre na Rua Frei Caneca nas suas variadas opções de bares e estabelecimentos de lazer e entretenimento.

A denúncia da falência do individualismo e do próprio “social” – no sentido político do termo – também está presente no pensamento de BAUDRILLARD (1985). Na visão dele, vive-se um momento em que o fim do social deu lugar ao surgimento das massas e do espetáculo. Ele afirma que a massa expressa um certo anonimato, sendo por definição, irrepresentável do ponto de vista político. No entanto, as massas contemporâneas, produzidas artificialmente pela indústria de consumo e da informação, se caracterizam justamente por operar uma demanda de sentido incessante, fazendo os usos dos espaços da Rua Frei Caneca organizando-se através das relações de amizade e convívio, além das homoafetivas.

De maneira diferente, as posições de SARLO (1997) de CANCLINI (1995) também se aproximam das hipóteses de MAFESOLI, mas trazem novos

elementos para pensarmos sobre o papel social que as tribos desempenham. As tribos, tanto para CANCLINI quanto para SARLO, se apresentam como formas de socialização e de acesso aos bens de consumo alternativos à perda de expectativas em relação às instituições tradicionais, tais como a escola, as autoridades tradicionais e o mercado de trabalho. Desta forma, segundo ele, os bandos compensam a atomização e a desagregação das grandes cidades, negligenciada pelas macropolíticas, oferecendo a participação em grupos. Portanto, na sua perspectiva, as tribos funcionam como referências simbólicas, suplências aos aparatos políticos e culturais que se tornam obsoletas. Conforme enfatiza SARLO (1997), o que se busca nas tribos é uma certa estabilidade em um universo simbólico, que anteriormente era garantida pela vigência de uma moral que entrou em crise. Essas referências simbólicas parecem dar o sustentáculo subjetivo, uma consciência coletiva para a região da Rua Frei Caneca.

Retornando à MAFESOLI, quanto ao que o autor denomina de “sujeito coletivo” ou “comunidade emocional”, podemos afirmar que a concepção de territorialidade descrita por RONCAYOLO (1990) está em pleno acordo, para quem o sentido da constituição do lugar (e consequentemente da territorialidade) é essencialmente coletivo. Definido pela forte ligação do indivíduo com o grupo e com um local particular. Pressupõe modos de percepção que afetam o comportamento humano articulando formas de solidariedade e sentimentos de pertencimento ao lugar. Esses laços de pertencimento forjam a ideia de comunidade tal como exposto anteriormente.

No entanto, esse sentimento de solidariedade, próprio do que MAFESOLI denomina de “comunidade emocional”, possui tendência à diluição; principalmente nas áreas mais nobre da territorialidade gay paulistana, onde as relações cada vez mais são mediadas pelo mundo da mercadoria. Como apontava POLLAK (1983) nos seus estudos sobre a América Anglo-Saxônica:

“A ideologia da frente comum de todos os oprimidos, que procura demonstrar o interesse que todos os minoritários de uma sociedade têm em unir-se, pode reduzir-se a nada em consequência da concorrência. A isto vem juntar-se o fato de que a solidariedade nascida na clandestinidade será mais difícil de manter num grupo socialmente bem

aceito. Numa primeira etapa, a comercialização em torno da homossexualidade contribui para aumentar a visibilidade social e indiretamente para a coesão do grupo. Contudo, a longo prazo, vai contribuir para fazer ressaltar as divisões sociais que atravessam o meio, por exemplo, diferenciando os circuitos de engate e de tempos livres consoante o estatuto social e nível económico. O sentimento de um destino comum, que junta os homossexuais para lá das barreiras que separam as classes sociais, terá tendência a desaparecer” (POLLAK, 1983, p. 56).

Essa tendência explicitada por ele pode ser complementada pela perspectiva apontada por DUVIGNAUD:

“os homens se retiram em lugares, abrigos, nichos. Eles procuram se enraizar num espaço no momento em que a potência dos impérios apaga o espaço no jogo do terror (...) são lugares fechados onde se experimenta, ao abrigo das ideologias massivas e da economia, o que a vida coletiva tem de mais intenso (...) ele a vive em grupúsculos, que foram cimentados pelo sagrado, pela utopia, música, droga, o Eros e a política”. (DUVIGNAUD, 1977, p. 136-137)

Tanto POLLAK quanto DUVIGNAUD trazem essas reflexões críticas ao movimento gay quando considerada que a perspectiva de união e coesão de um grupo político não se daria pela sexualidade, mas pela classe social, como é o caso que separa área foco do estudo, a região da Rua Frei Caneca com a região da Avenida Vieira de Carvalho.

Contudo é importante lembrar que na região da Paulista com enfoque para a Rua Frei Caneca configura um espaço de especialização funcional onde reina a mercadoria, onde as relações entre as pessoas tendem a ser efêmeras, formulando apenas uma identidade abstrata. A análise dos fenômenos grupais indica que: “o indivíduo abandona seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo” (FREUD, 1921, p.163). Podemos considerar, então, que o engajamento nas tribos é movido pela condição de desamparo em que se encontra o sujeito contemporâneo. Esta situação, que se converte em uma ameaça à existência e a integridade do ego, se reflete hoje na demanda impositiva de buscar meios

para um espelhamento narcísico, muito mais do que buscar aliados para lutar por uma causa comum. A causa comum é o investimento na imagem de si, compartilhada nas tribos através do uso de roupas e adereços comuns. E qualquer discórdia ou adesivo é motivo de rivalidade, provocada pelo *“narcisismo das pequenas diferenças”* (FREUD, 1930, p. 136). Esse processo ocorre na Rua Frei Caneca com o “flanear” de casais gays ou de gays solteiros pelas calçadas, nas compras feitas nas inúmeras lojas presentes no próprio Shopping Frei Caneca ou em lojas de moda alternativa na Rua Augusta, a paralela. Os adereços comuns aqui referidos estão desde a forma física (geralmente malhados em academia de ginástica) ou estereotipados no vestuário e forma de andar, sendo reconhecidos facilmente pelos seus pares.

Quanto mais funcionalizado é o lugar, menores são as possibilidades de apropriação. Assim, ocorre a contradição entre o uso do espaço enquanto condição necessária à vida e as trocas manipuladas pelo consumo dirigido sob a égide do privado – “pelo consumo do direito de uso temporário”. Em outras palavras – “a vitória do valor de troca sobre o valor de uso” expressa a contradição entre o público e o privado nas relações sociais materializada no espaço pela desigualdade dos atos de uso.

O lazer, enquanto atividade produtiva comporta-se na territorialidade gay da Rua Frei Caneca como uma espécie de “centralidade móvel” (CARLOS, 2000, p. 197) deslocando os centros de lazeres em função da valorização dos lugares na metrópole. Quanto mais nobre for o espaço mais ele tende a ser dominado pelo consumo, hierarquizando a territorialidade gay. Assim, a concentração de estabelecimentos na Rua Frei Caneca o obedece a esse rigoroso critério de rentabilidade, por estar localizada numa área nobre da cidade. O movimento de valorização do espaço urbano abarca toda ordem de empreendimentos, inclusive os dos lazeres. Seguindo esta lógica, ocorre a migração de investimentos, nesses estabelecimentos classificados como GLS, das localidades vulgares para as localidades nobres da territorialidade gay. A região da República, onde a territorialidade gay encontra-se concentrada na Avenida Vieira de Carvalho e adjacências, é vista como espaço vulgar, decadente, sendo uma área de “depreciação urbana” (CORDEIRO, 1980). Já a Paulista, representação da pujança do capital, representa uma área nobre da

metrópole. É neste sentido que ocorre o deslocamento do eixo de lazer, enquanto lazer produtivo, para as imediações da Paulista – sendo o trecho nobre da Rua Frei Caneca, o local onde o fenômeno da concentração dos estabelecimentos de lazer voltado para o segmento gay se processa com maior intensidade e visibilidade na metrópole paulista.

Para CARLOS este tipo de lazer, o produtivo: “... reproduz-se a um espaço controlado, normatizado, homogêneo, disposto de uma forma hierarquizada, impondo ritos, gestos, modelos...” (CARLOS, 2000, p. 197) e dessa forma a especialização de cada estabelecimento impõe modos diferentes de consumo de acordo com o estilo de vida com o qual se identifica cada qual dos indivíduos que frequentam a citada territorialidade gay. Porém, todas as relações mediadas pelo consumo, nestes espaços de lazer, que comportam sim uma subdivisão de estilos de vida que diz respeito a gostos bem mais particularizantes do que o da particularidade de ser gay; acaba por equivaler-se quanto à condição de classe e tende ao homogêneo.

FEATHERSTONE (1997, p. 69) coloca nos mesmos termos de BAUDRILLARD (1970) que há uma “estetização da vida cotidiana (39)” alimentada pelo consumo e pela mídia, onde o culto à imagem e à beleza imperam. Assim, os sujeitos assumem o lugar dos próprios objetos de consumo nas relações efêmeras que estabelecem uns com os outros, que se distinguem umas das outras principalmente por distintivos na imagem visual dos seus membros. Tais distintivos, bens de consumo elevados a signos que se tornam alvo de intensa cobiça entre os membros do grupo, são peças essenciais de uma engrenagem que se sustenta basicamente na lógica da exclusão/inclusão, alimentada por uma poderosa indústria do consumo e da mídia que imperam no mundo moderno.

2 – Gourmetização

“... você está no mundo das imagens. É um mundo sem substância, que nega toda substância (...) O vazio se povoa de signos (...) Os signos da felicidade se generalizam. Um certo sorriso une o ético ao estético no mundo da mercadoria. Atenção. Os signos da felicidade não evocam a felicidade: são a felicidade. Você tem outra felicidade que o uso dos signos?...” (LEFEBVRE, 1970, p. 162/163)

A construção do Shopping & Convention Center Frei Caneca e a consequente renovação urbana apontam uma tendência à “guetização” na região da Rua Frei Caneca. Para LEVINE (1979) a existência do “gueto” pressupõe a reunião de alguns tópicos: concentração institucional (lojas, saunas, boates, mas também comércios e serviços comuns): área de cultura (traços típicos no interior da territorialidade), isolamento social (devido a discriminações); concentração residencial (vizinhança de gays). A área que circunda e perfaz a Rua Frei Caneca reúne vários desses tópicos apontados e mostra uma forte tendência à “guetização” embora seja arriscado afirmar que a região já perfaz um gueto - nos termos que aponta Levine.

A porção mais degradada da Rua Frei Caneca e adjacências é ocupada há duas décadas, pelo menos, por transgêneros, prostitutas e gays - é o lado mais inóspito da rua, para algumas pessoas. Possui relação direta com a ambiência e o comportamento presentes na área central e de obsolescência urbana da metrópole, justapondo várias territorialidades de grupos segregados do conjunto da sociedade – gays, prostitutas, moradores de rua, traficantes, etc. – tornando pouco atrativo para o mercado imobiliário a área central de São Paulo, pelo menos até pouco tempo atrás.

Hoje, os empreendimentos na região são numerosos e não param de crescer. Esse processo pode ser mais bem compreendido a partir do conceito de gentrificação exposto por Neil Smith. Em seu ensaio *“Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”* (SMITH, 2007, pp. 15-31) o autor procura explicar o processo da gentrificação, situando o fenômeno no quadro mais amplo do desenvolvimento desigual da economia capitalista. Coloca em evidência, nesse sentido, a articulação das diferentes escalas, as mudanças sociais recentes e os ciclos econômicos, fatores que atuam na determinação da natureza, da forma assumida e dos limites do processo.

Como no ensaio seminal de TURNER que em 1893 apontava a fronteira entre a civilização e a barbárie como ponto de reinício para o desenvolvimento, assim ocorre também no processo de revalorização urbana da região da Rua Frei Caneca:

“O desenvolvimento americano exibiu não apenas um avanço sobre uma linha única, mas um retorno a condições primitivas em uma linha de fronteira que avança continuamente, e um novo desenvolvimento para aquela área. O desenvolvimento social americano tem reiniciado continuamente na fronteira... Neste avanço, a fronteira é o limite externo deste movimento – o ponto de encontro entre a barbárie e a civilização... O mundo selvagem tem sido perpassado por linhas de civilização que são cada vez mais numerosas.” (TURNER, 1958).

Nos EUA, durante o século XX a imagem do lugar selvagem e da fronteira foi aplicada menos às planícies, montanhas e florestas do Oeste, e mais às cidades do país todo (no caso dos Estados Unidos), mas especialmente às daquelas do Leste. Como parte da experiência da suburbanização, a cidade americana veio a ser vista, pela classe média branca, como um lugar selvagem; a cidade era, e ainda é para muitos, o *habitat* da morbidade social e do crime, do perigo e da desordem (WARNER, 1972 citado por SMITH, 2007). Estes eram medos manifestados, durante os anos 50 e 60, por teóricos urbanos que punham em evidência a “influência maléfica” e a “decadência” urbana, “o mal-estar social” na área central, a “patologia” da vida

urbana; em resumo, a “cidade infernal” (BANFIELD, 1968 citado por SMITH, 2007).

Esse processo parece delinear aquilo que podemos chamar de “avançar a linha de fronteira da civilização sobre a barbárie”. Esse ponto de avanço, no caso da Rua Frei Caneca, foi o próprio shopping. Ainda segundo SMITH (2007) para as histórias análogas americanas:

“se intensificou nas últimas duas décadas, quando a restauração de habitações unifamiliares virou moda na esteira da renovação urbana. Na linguagem da gentrificação, o apelo à imagem de fronteira é exato: pioneiros urbanos, proprietários urbanos e caubóis urbanos são os novos heróis folclóricos da fronteira urbana.” (SMITH, 2007, p. 16).

Assim como Turner reconheceu a existência dos nativos, mas os incluiu do lado selvagem, a imagem contemporânea da fronteira urbana implicitamente trata os atuais moradores da área central como um elemento natural do meio físico a que pertencem. Para SMITH (2007) o termo “pioneiro urbano” é tão arrogante quanto a noção original de “pioneiro”, visto que ele transmite a ideia de uma cidade que ainda não é socialmente habitada; assim como os americanos nativos, a classe trabalhadora urbana de hoje é vista como menos do que social, como uma simples parte do meio físico. Turner foi explícito a esse respeito quando definiu a fronteira como “o ponto de encontro entre a barbárie e a civilização” e, embora o vocabulário contemporâneo da fronteira aplicado à gentrificação seja raramente tão explícito, ele trata a população das áreas centrais da mesma maneira.

Para ilustrar esse processo: na década de 80, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, ligado à Secretaria de Cultura e presidido à época pelo arquiteto Ruy Ohtake, tomou decisões contraditórias ao próprio fim a que servia (preservação), pois ao invés de promoverem a conservação dos edifícios históricos presentes na Avenida Paulista anunciaram com dois meses de antecedência o tombamento destes edifícios por essa mesma instituição, gerou “da noite para o dia” a

destruição total e imparcial dos casarões pelos próprios donos. Esse processo inviabilizou o tombamento e que, aliadas a especulação imobiliária, arquitetaram o cenário propício para a instalação de prédios comerciais, geralmente sede de grandes bancos e multinacionais, num movimento de consolidação na década de 80 como coração financeiro da cidade. Esse cenário de especulação imobiliária aliada ao poder público faz parte da lógica de uso do solo urbano uma vez que a “fronteira” de expansão do “civilizado” sobre o “bárbaro” ampliando a reprodução do capital.

A imagem de fronteira serve para racionalizar e legitimar um processo de conquista, tanto no caso do Oeste americano nos séculos XVIII e XIX quanto no caso das áreas centrais das cidades do século XX. Para SMITH (2007):

“a experiência original de fronteira anterior ao século XX não foi restrita aos Estados Unidos, mas sim exportada para o mundo todo; da mesma forma, embora não esteja em nenhum lugar tão enraizada como está nos Estados Unidos, a ideologia de fronteira também surge em outros locais associada à gentrificação. A influência internacional da experiência americana anterior de fronteira é repetida no caso do panorama urbano do século XX; a imagem de gentrificação é, ao mesmo tempo, cosmopolita e paroquial, geral e local. É geral em imagem, mas geralmente diferente nos detalhes” SMITH (2007, p. 17):

Esse processo de avanço da fronteira de revitalização promoverá uma diferenciação interna do espaço geográfico, no caso para as territorialidades gays em questão. Hoje, o vínculo entre o desenvolvimento econômico e geográfico persiste, conferindo à imagem de fronteira sua atualidade, mas a forma deste vínculo é bem diferente. No que diz respeito à base espacial, a expansão econômica ocorre hoje não por meio da expansão geográfica absoluta, mas pela “*diferenciação interna do espaço geográfico*” (SMITH, 1982, p. 139-155).

Pode-se verificar na fala de SMITH (2007) uma crítica ao processo de gentrificação no espaço da metrópole e de como ele é divulgado e promovido:

“Na mídia, a gentrificação tem sido apresentada como o maior símbolo do amplo processo de renovação urbana que vem ocorrendo. Sua importância simbólica ultrapassa em muito sua importância real; é uma pequena parte, embora muito visível, de um processo muito mais amplo. O verdadeiro processo de gentrificação presta-se a tal abuso cultural da mesma forma que ocorreu com a fronteira original. Quaisquer que sejam as reais forças econômicas, sociais e políticas que pavimentam o caminho para a gentrificação, e quaisquer que sejam os bancos e imobiliárias, governos e empreiteiros que estão por trás do processo, o fato é que a gentrificação aparece, à primeira vista, e especialmente nos EUA, como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho (o ganho pelo suor).” (SMITH, 2007, p. 18).

A análise da territorialidade gay em questão fica bem melhor explicitada quando tomamos ainda importantes condições para analisar esse processo de gentrificação. Ainda segundo SMITH (2007) é preciso analisar as seguintes condições: em primeiro lugar, a fronteira urbana é, antes de tudo, uma fronteira no sentido econômico. As transformações políticas, sociais e culturais nas áreas centrais são amiúde intensas e são certamente importantes no que diz respeito à experiência imediata da vida cotidiana, mas elas estão associadas ao desenvolvimento de uma fronteira econômica. Em segundo lugar, a fronteira urbana é, hoje, apenas uma dentre várias fronteiras existentes, visto que a diferenciação interna do espaço geográfico ocorre em diferentes escalas. Explicando essa questão SMITH (2007) coloca:

“A linha de fronteira hoje possui uma definição essencialmente econômica – como a fronteira da lucratividade – mas adquire uma expressão geográfica bastante acentuada em diferentes escalas espaciais. Isto é, basicamente, o que a fronteira do século XX (sic) e a assim chamada fronteira urbana têm em comum. Na realidade, ambas estão associadas à acumulação e expansão do capital. Mas enquanto a fronteira do século XIX representou a realização de uma *expansão geográfica absoluta* como a principal expressão espacial da acumulação de capital, a gentrificação e a renovação urbana representam o exemplo mais desenvolvido da *rediferenciação* do espaço geográfico com vistas ao mesmo resultado. É possível que, para compreender o

presente, o que seja necessário hoje é a substituição de uma falsa história por uma geografia verdadeira.” (SMITH, 2007, p. 19).

Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano. O que é novo, segundo o autor, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Esse componente imediato de uma ampla reestruturação veio sendo deflagrado na região da Rua Frei Caneca como apontam o surgimento dos empreendimentos imobiliários e até com o fechamento de saunas gays na região, tidas como “local pernicioso, onde reina a prostituição”. Essa nova configuração expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica também se modifica a configuração do ambiente construído. *“A cidade dos pedestres, afirma-se, não é a cidade do automóvel, mas de forma ainda mais significativa, talvez, a cidade do pequeno artesanato não é a metrópole do capital multinacional.”* (SMITH, 2007, p. 20).

A referida Rua Frei Caneca, paralela à Rua Augusta, funciona como corredor de ligação entre a Paulista e o centro. A ocupação dessa área pelos gays e outros grupos segregados no contexto da sociedade seguia a lógica imposta pelo processo de segregação espacial, que confinava na porção de menor valor de mercado, esse conjunto da população. Com o processo de renovação urbana, impulsionado pela construção de Shopping Frei Caneca e sua articulação com vários lançamentos imobiliários voltados para segmentos da classe média, o perfil dos moradores da região está mudando gradativamente. A racionalidade do processo relaciona-se com a lógica do próprio de reprodução ampliada do capital, relacionado inclusive com a expansão da territorialidade gay e o da prostituição de médio e alto segmento de extrato social – para além das fronteiras do centro e em direção à Paulista – impulsionado pela própria racionalidade imposta pelo processo de reprodução do espaço na metrópole.

Depois que foi anunciada a construção do Shopping Frei Caneca, no início do ano 2000, foram lançados 43 projetos imobiliários num raio de até dez minutos a pé em torno do centro comercial. A maioria dos lançamentos imobiliários em questão é voltada para classe média. A construção do Shopping e sua articulação com o lançamento dos vários projetos imobiliários em torno do centro comercial provocaram certa renovação urbana, com relação aos conjuntos arquitetônicos degradados e de baixo valor imobiliário da região. Renovou a forma material e por sua vez o conteúdo social também mudou. Uma nova classe média formada por gays e transgêneros vai migrando gradativamente para a região, criando aí, uma “nova” territorialidade gay, cujo epicentro é o Shopping Frei Caneca. Salientando que a territorialidade gay da Rua Frei Caneca está relacionada com territorialidade gay da funcionalizada e especializada concentrada no trecho nobre da Paulista, que por sua vez através dos trajetos e dos fluxos em direção aos estabelecimentos de ambas as áreas, acaba perfazendo uma territorialidade gay maior, ampliando para ruas adjacentes essas características.

Dessa forma existem espaços nobres e vulgares na territorialidade gay onde os lugares nobres estão submetidos a um rigoroso critério de rentabilidade imposto pela dominação da troca, institucionalizando uma vida programada e idealizada pelo consumo dirigido, impondo um modo de consumo repleto de normas e rituais, como na seguinte explicação:

“... Neste plano, há uma lógica que tende a se impor enquanto “ordem estabelecida” que define o modo como a cidade vai se reproduzindo a partir da reprodução que se realiza pela ação dos promotores imobiliários, as estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo conflitante, em noutros momentos de forma convergente, mas em ambos os casos orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado – através do poder local – intervindo no processo de produção da cidade e reforça a hierarquia dos lugares, criando novas centralidades expulsando para a periferia os antigos habitantes criando um espaço de dominação e, com isso, impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e

vigilância (seja direta ou indireta). Nesse nível de realidade o espaço produzido assume a característica de fragmentado (como decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho).” – Caracterização desenvolvida por Henri Lefebvre na obra de *De L’Etat*, 4 volumes, Paris, Union Générale D’Éditions, 1976-1978 citada em CARLOS, 2000, p. 112).

A Rua Frei Caneca teve alterações na forma material e no conteúdo social da morfologia urbana:

1 – A área desvalorizada da rua já era ocupada por grupos segregados no contexto urbano há mais de duas décadas, inclusive gays, prostitutas e transgêneros.

2 – A inauguração do shopping atraiu enorme fluxo de consumidores em função da oferta de serviços de qualidade (equipamentos de toda espécie: cinemas, academia de ginástica, escola de teatro, salões de cabeleireiros e restaurantes). O perfil dos frequentadores, segundo a administração do próprio shopping: A quase totalidade dos frequentadores solteiros é composta por gays. Gays geralmente por não terem mulher nem filhos, relacionando ainda a condição de estarem morando desassociados da família matricial; possuem mais dinheiro para gastos pessoais como lazer, serviços, etc.

3 – A enorme concentração de gays na região faz com que os moradores aceitem com maior naturalidade comportamentos que não são aceitos em qualquer parte pela sociedade em geral, criando uma “ilusão de liberdade”. A concentração de gays cria uma quase “guetização” na região, onde pessoas com os mesmos estigmas se juntam para viverem longe dos preconceitos numa verdadeira segregação espacial, isolada, com a redução do intercâmbio com os outros segmentos e lugares da cidade.

4 – A localização privilegiada da Rua Frei Caneca com relação a Paulista (e ao metrô): a proximidade com relação à territorialidade gay funcionalizada e especializada voltada para o segmento gay, concentrada no trecho nobre da

Paulista – impulsionam – a forte migração de uma população gay de classe média para a região da Rua Frei Caneca, que procuram a região para moradia e/ou lazer, cujo epicentro desse fenômeno da apropriação da região pelos gays de classe média foi a inauguração do Shopping Frei Caneca.

Essa “guetização” é particularmente nítida no West Village em Manhattan, no Castro District em São Francisco, no South End em Boston, à volta do Dupont Cercle em Washington, e em certas zonas de Chicago, Miami e Los Angeles – todas nos Estados Unidos como ocorre aqui no Brasil no caso da Rua Frei Caneca e na área da República. Nestas zonas, os homossexuais representam a maioria da população, controlam boa parte dos comércios, em particular os bares, o mercado imobiliário e uma parte do trabalho. A reunião de grande número de gays numa única área é uma fase de quase toda cidade e mostra que lá há alguma tolerância. O positivo desses lugares é que significa mais liberdade, contudo, para alguns autores marxistas essa “guetização” é vista como condição de segregação. Nessas áreas os gays fazem coisas que não fariam em outras partes da cidade. Por outro lado, a existência de um enclave gay, expõe a persistência da intolerância. O ideal é que ruas como a Frei Caneca pudessem existir em qualquer lugar da cidade. SEABRA (1996) aponta para o perigo das particularidades caírem no particularismo:

“Para ilustrar a situação em que uma particularidade caiu num particularismo, vale lembrar que o nazismo se fundou numa particularidade, e caiu no particularismo quando conduziu o atributo “ser ariano” a uma estratégia de Estado” SEABRA (1996, p. 76).

Pode-se então afirmar, baseado nestes termos, que a guetização das cidades norte-americanas se fundaram numa particularidade e caíram no particularismo. Quando conduziram o atributo “ser gay” a uma estratégia de organização espacial que se consumou a construção de bairros habitados por gays segregados do resto da sociedade, obtendo inclusive forte representação política, levando uma vida econômica relativamente autônoma e desenvolvendo cultura própria. A racionalidade na produção e organização do espaço elimina o espontâneo – limita o uso – torna uma particularidade positiva

num particularismo redutor. A noção de liberdade é fundante na formação do gueto. Dentro das suas fronteiras, essa territorialidade gay pode ser percebida como lugar da liberdade, mas o que há é uma “ilusão de liberdade” (FREUD, 1921) forjada no isolamento e pela falta de intercâmbio com o resto da cidade que estigmatiza e discrimina os gays.

A quantidade de gays concentrados nesta região faz com que determinados comportamentos e posturas reprimidos em outros lugares da cidade sejam aceitos dentro dos limites da territorialidade da Rua Frei Caneca. Apesar de FREUD (1921) ter se dedicado mais demoradamente na análise dos grupos organizados, tais como a igreja e o exercito, bem como de grupos constituídos em torno de uma liderança, podemos encontrar muitos caminhos abertos para que as questões relativas aos grupos informais – nos quais supomos que os gays podem se encaixar, para efeitos deste estudo. Alguns desses trajetos apontados por Freud a respeito da situação grupal são: intensificação emocional devia à suspensão de inibições socialmente instauradas; o sentimento de onipotência, a tendência à ilusão e sugestionabilidade: a proteção contra o pânico ou desamparo; a regressão a um estado “primitivo” comparado à situação das crianças e dos neuróticos e a presença de fortes lações libidinais entre os membros, que promovem identificações. Logo, o gueto visto enquanto enclave gay é pernicioso, pois por um lado ele se faz necessário como meio de proteção contra a repressão e discriminação que ocorre na “cidade-global” – por outro, conduz os indivíduos e grupos gays ao isolamento, construindo uma “ilusão de liberdade” e provocando uma falta de intercambio com o restante da sociedade.

A Rua Frei Caneca, enquanto territorialidade gay, também pode ser percebida como abrigo e simultaneamente resistência. DUVIGNAUD (1977, p. 136-137) reflete sobre o mal-estar da civilização onde os grupos minoritários já não encontram amparo e referencia, nas ideologias massivas, procurando viver em grupúsculo uma vida coletiva mais intensa, construindo um laço afetivo de pertencimento com o lugar, Nesses termos, as territorialidades urbanas podem apresentar-se como lugar apropriado enquanto condição necessária à vida – porque “toda relação social é capaz de produzir identidade” (MAGNANI, 1996). Ainda segundo DUVIGNAUD:

“O homem aproveita sua vida nesses abrigos microscópicos, nesses lugares fechados no interior de um imenso espaço euclidiano da “cidade maquina” ou do Estado moderno. Ele vive em grupúsculos, que foram cimentados pelo sagrado, pela utopia, música, droga, o Eros e a política (...) assim, os homens se retiram em lugares, abrigos em nichos. Eles procuram se enraizar num espaço no momento em que a potência dos impérios apaga o espaço no jogo do terror (...) são lugares fechados onde se experimentaria, ao abrigo das ideologias massivas e da economia, o que a vida coletiva tem de mais intenso (...) experimentar uma substância coletiva que as ‘nações’ ou ‘impérios’ não podem dar” DUVIGNAUD (1977, p. 136).

É preciso separar o ato de resistência do sentimento de escapismo, porque somente assim é possível construir uma territorialidade gay fundada no uso que ao se afirmar enquanto particularidade e como condição necessária à vida sem cair no particularismo – na “guetização à americana”. Segundo POLLAK (1983):

“A ideologia da frente comum de todos os oprimidos que procura demonstrar o interesse que todos os minoritários de uma sociedade têm em unir-se. Pode reduzir-se a nada em consequência da realidade da concorrência. A isto vem juntar-se o fato de que a solidariedade nascida na clandestinidade será mais difícil de manter num grupo socialmente mais aceito. Numa primeira etapa, a comercialização em torno da homossexualidade contribuiu para aumentar sua visibilidade social e indiretamente para a coesão de grupo. Contudo a longo prazo, contribuir para fazer ressaltar as divisões sociais que atravessam o meio, por exemplo, diferenciando os circuitos de engate e de tempos livres consoante o estatuto social e o nível econômico. O sentimento de um destino comum, que junta os homossexuais para lá das barreiras que separam das classes sociais, terá tendência a desaparecer”. POLLAK (1983, p. 66)

Neste sentido, a construção do shopping e a consequente renovação urbana que juntos apontam uma tendência à “guetização” na região Rua Frei Caneca, organizada e direcionada para o extrato da classe média, pode fazer

implodir dentro de determinado tempo esse vínculo de solidariedade que diz respeito ao destino comum compartilhado pelos indivíduos e grupos gays por salientar a realidade da concorrência e a diferenciação de classes.

Por fim, a gentrificação é uma fronteira na qual fortunas são criadas. Do ponto de vista dos moradores da classe trabalhadora e de suas comunidades, contudo, a fronteira urbana é mais diretamente política do que econômica. Ameaçados de serem desalojados pelo avanço da fronteira da lucratividade, a questão para eles é lutar pelo estabelecimento de uma fronteira política por trás da qual moradores da classe trabalhadora possam retomar o controle de seus lares: existem dois lados em qualquer fronteira.

É preciso afirmar a particularidade – ser gay – como direito à diferença. Reclamar o direito a diferença através de atos práticos que exigem visibilidade no espaço urbano, na sua totalidade, em consonância com toda a sociedade global na metrópole – por exemplo, a apropriação do espaço público nas imensas Paradas do Orgulho Gay, pois somente saindo da sombra do não-dito é que é possível romper o estigma – exigindo o direito à diferença numa condição de igualdade de direitos, porque somente “o uso político do espaço restitui ao máximo o uso” (LEFEBVRE, 1976) na busca pelo direito à cidade.

Historicamente, enquanto indivíduos ou grupos reprimidos, segregados da sociedade enquanto indivíduos de orientação homossexual e enquanto grupo, os gays perambulavam à deriva pelos espaços públicos. O uso do espaço público manifestava por assim dizer a possibilidade clandestina de gozar o corpo. Insurgência do uso e apropriação do espaço público enquanto condição necessária à vida – que diz respeito inclusive ao gozo do próprio corpo e da sexualidade – no espaço urbano da metrópole.

Os gays tradicionalmente desfrutam de certa liberdade para a fruição dos seus desejos relacionados ao sexo e à sexualidade sem sofrerem demasiada repressão como bem aponta GRENN (1999) para quem parques, praças e sanitários públicos (ou mesmo semi-públicos), sempre ofereceram a ambiência necessária para as investidas sexuais dos indivíduos homossexuais: possibilitando o uso relacionado às manifestações que dizem respeito ao sexo

e ao gozo da sexualidade, enquanto particularidade e diferença, expressando necessidades vitais no e através do uso do espaço urbano na e para além das territorialidades gays, nas metrópoles paulista e carioca (no caso) e em diversas temporalidades do século XX. Aprofundando nessa temática, POLLAK (1983) ressalta:

“o engate homossexual traduz uma procura de eficácia e de economia comportando, ao mesmo tempo, a maximização do “rendimento” quantidade expressa (em numero de parceiros e de orgasmos) e a minimização do “custo” (perda de tempo e risco de recusa das propostas). Alguns locais são conhecidos por terem uma clientela típica e pelo consumo imediato: é o caso dos bares “couro” que, em muitos casos, dispõem de uma divisão reservada ao consumo sexual no local (dark-room); das saunas e dos parques. Estes locais permitem, muitas vezes, a satisfação simultânea de desejos diferentes: do exibicionismo e do voyeurismo e, ao mesmo tempo, de qualquer atividade a dois ou em grupo; Mas mesmo lugares menos especializados, que não permitem o consumo no local, pode-se observar uma procura da eficiência. Quanto mais um indivíduo se afirma sexualmente, menos aceita enganar-se. Menos aceita, portanto contatar uma pessoa global. Compreende-se então, a importância dos sinais de reconhecimento e das encenações”. POLLAK (1983, p. 55)

Todas essas características fazem parte da territorialidade gay em questão. Porque até mesmo o lado selvagem da metrópole pode satisfazer os desejos. Para LEFEBVRE (1983, p. 183) *“A destruição do espontâneo, do natural, e, portanto do uso, não se realiza somente na natureza exterior, mas também na natureza interna do ser humano, no corpo, no sexo”*. Historicamente os gays vêm sendo expropriados do próprio corpo, negando a si próprios o direito à sexualidade, que encontra muitas vezes na clandestinidade o único meio possível para satisfazer os seus desejos. Encontros fortuitos, desesperados, aventuras muitas vezes insólitas, quase no limite entre o prazer e o desconforto, abismo de perigos múltiplos.

Capítulo IV - Obsolescência na região República – o caso da Avenida Vieira de Carvalho

A territorialidade gay aqui delimitada para esta parte do estudo se centrou na principal rua da vivência e usos do público gay na República – a Avenida Vieira de Carvalho. Os estabelecimentos correspondem aos fixos e os fluxos estabelecem os mais variados trajetos entre os estabelecimentos através das ruas e logradouros públicos, perfazendo um mosaico em rede, com diferentes intensidades de concentração de estabelecimentos e pessoas, ora difuso e ora denso, em diferentes períodos de tempo, no espaço que compreende a territorialidade gay. Territorialidade que se constrói, destrói e reconstrói em permanente movimento, com a propriedade “elástica” de ora se expandir e ora se contrair dentro da área central da metrópole paulista – conforme o uso que dele se faz e do modo como os grupos se organizam e se estruturam no espaço urbano da grande cidade.

Na Avenida Vieira de Carvalho e adjacências podem-se listar algumas boates como Danger Dance Club (Rua Rego Freitas), Planet (Largo do Arouche); Freedom (Rua Vitória); Café de Vermont, Caneca de Prata – Avenida Vieira de Carvalho; Queen e Chope Escuro (Rua Vitória); Casa Bar (Rua Aurora); e diversos botequins e padarias apropriados pelos gays nesta área. Quanto a outros equipamentos e estabelecimento de lazer ou de serviços, tais como cinemas e hotéis de alta rotatividade que abundam na área central, não foram aqui catalogados por ficar patente que fazem parte do circuito das relações gays indiscriminadamente, onde todos são palco de relações entre homens que buscam outros homens.

A distribuição difusa desses mesmos hotéis e cinemas e de seus fluxos estendem os limites da territorialidade gay para além da área circunscrita pelos bares e boates da Avenida Vieira de Carvalho e adjacências; fazendo com que a apropriação da área central pelos indivíduos e grupos gays não ocorra apenas aí e no ciclo da noite, como espaço de concentração da vida noturna, mas também em diversos lugares desta centralidade e em ciclos também do dia. A apropriação subverte a função pré-estabelecida desses mesmos equipamentos, ampliando os usos e os limites da territorialidade gay na região da República. O mesmo ocorre com a apropriação de praças e parques públicos na região. Quanto aos ciclos que regulam a vida nos locais onde se inscreve essa territorialidade – onde uma cidade vai embora para que outra possa ocupar o seu lugar – podemos dizer que, fazendo alusão a Calvino:

“... Ao entrar no território que tem Eutróbia como capital, o viajante não vê uma, mas muitas cidades, todas do mesmo tamanho e não dessemelhantes entre si, espalhadas por um vasto e ondulado planalto. Eutróbia não é apenas uma dessas cidades mais todas juntas; e

isso se dá em turnos. Explico de que maneira. No dia em que os habitantes de Eutrópia se sentem acometidos pelo tédio e ninguém mais suporta o próprio trabalho, os parentes, a casa e a rua, os débitos, as pessoas que devem cumprimentar ou que os cumprimentam, nesse momento todos os cidadãos decidem deslocar-se para a cidade vizinha que está ali à espera, vazia e como se fosse nova, onde cada um escolherá um outro trabalho, uma outra mulher, verá outras paisagens ao abrir as janelas, passará as noites com outros passatempos amizades impropérios...” (CALVINO, 1995, p. 62).

A territorialidade gay da Avenida Vieira de Carvalho e adjacências perfaz uma concentração de estabelecimentos com baixo prestígio social comparada a outros lugares do circuito gay – tidos por alguns até como área de “cultura subterrânea”. Para HARVEY (1980) não existe livre escolha da área a ser ocupada por alguém, pois as classes mais favorecidas são induzidas a ocupar as áreas plenas de ‘amenidades’, ficando os menos favorecidos com aquelas áreas recusadas pelos primeiros. As atividades comerciais e industriais vão se localizar em áreas que proporcionem maiores condições de lucro às suas atividades, deixando os espaços menos valorizados para as atividades com menor poder de escolha’.

Há uma gama diversificada de estabelecimentos mesmo na Avenida Vieira de Carvalho que oferece serviços especializados para os mais variados estilos de vida. Bares como o *Caneca de Prata* e o *Lorde Byron* atendem a um público com características etárias relacionadas à faixa entre os 40 e 60 anos de idade, com razoável poder aquisitivo e formação escolar, cujo estilo de vida é mais discreto e cuja aparência põe rótulo a esses mesmos bares como “bares de grisalhos”. Já os bares Café Vermont e Queen abrangem um público de perfil etário entre os 20 e 40 anos de idade, com poder aquisitivo razoável e mais sintonizado com o estilo de vida relacionado à cultura gay jovem (com os padrões e modas ditados por uma cultura gay mais internacional do que local).

A observação dos frequentadores da Avenida Vieira de Carvalho é reveladora de determinados padrões étnicos, estéticos e etários; assim como do próprio extrato social (pela aparência ou pela linguagem); aludindo a

diferenças com relação ao público dos lugares mediados pelo consumo, mas dando uma aparente homogeneidade com relação aos frequentadores que se apropriam apenas dos passeios e logradouros públicos próximos aos estabelecimentos do segmento sem praticar nenhuma forma de consumo. A apropriação das ruas e logradouros públicos nesta área não se dá apenas pelos indivíduos e grupos gays, mas por diversos grupos – vendedores ambulantes, menores moradores de rua, vendedores de droga e sexo. A territorialidade gay está justaposta a verdadeiras territorialidades do crime na área central de São Paulo; eclodindo nas relações entre os grupos momentos de violência e hostilidade, num mosaico de cores complexas e variadas que revelam por assim dizer uma “cultura subterrânea”, nessa territorialidade de segregação.

A territorialidade gay descrita é caracterizada principalmente pela especificidade da localização e apropriação histórica do lugar pelos indivíduos e grupos de orientação homossexual; tal traço o diferencia da territorialidade gay da Rua Frei Caneca – cujo fenômeno de concentração gay é recente e data de meados dos anos 90, onde os estabelecimentos são mediados pelo consumo, à compra e venda de um “direito do uso temporário”; cuja tendência seria forjar uma identidade abstrata dos habitantes com o lugar, embora o uso não seja um simples ato de consumo, por entender que qualquer relação entre pessoas estabelece algum grau de identidade concreta. Ao contrário, a territorialidade gay circunscrita na região da República, guarda toda uma dimensão simbólica que tem na sua materialidade as inscrições de uma vida gay que encontrou nesta centralidade já em tempos remotos um elo afetivo e um sentido que diz respeito às condições necessárias à vida dos indivíduos e grupos homossexuais na própria cidade.

O jornalista Mário Viana, autor do Guia Gay São Paulo, afirma que “a cena gay conquistou o trecho nobre da capital e deixou de ser cultura de subterrâneo” – e completa Franco Reinaudo, empresário e Presidente da Associação de Empresários GLS, “trata-se de um público requintado, com ótimo poder aquisitivo que, por não ter mulher nem filhos, gasta mais com roupas e diversão” é possível entender que “a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto urbano como um todo, na articulação da

situação relativa dos lugares, na metrópole (CARLOS, 2000). Isto porque os espaços na metrópole são simultaneamente fragmentados e articulados, sendo a hierarquização dos lugares reveladora dos seus conteúdos, neste caso e dentro de determinada perspectiva – a diferenciação de classes.

O acesso ao uso, inclusive temporário, dos estabelecimentos comerciais dessa territorialidade gay, também está relacionado a esta mesma hierarquização, produto do processo de (re)produção do espaço urbano, onde os lugares da cidade são apropriados de forma diferenciada pelos cidadãos. Assim as possibilidades e os limites do uso na territorialidade que engloba essa territorialidade obedecem à diferenciação de classes, onde o uso tende a ser um simples ato de consumo e os cidadãos aparecem como consumidores em potencial.

Há uma rigorosa estratificação social dentro da territorialidade gay; embora o trânsito das pessoas nas diferentes territorialidades seja fluído, o acesso aos estabelecimentos aponta para a condição do cidadão enquanto consumidor e para a condição do espaço enquanto mercadoria. Se as territorialidades gays são segregadas dentro do contexto da metrópole, podemos falar de uma segregação dentro da própria territorialidade gay, segregação que é social e espacial.

A área da República tenderia a ser mais estigmatizada em função de depreciação urbana e por estar justaposta simultaneamente a outras territorialidades temidas no contexto da sociedade urbana – a territorialidade da prostituição, do tráfico, dos moradores de rua, etc. – o que tenderia a uma desvalorização do preço do solo urbano e a consequente instalação de estabelecimentos não tão requintados e com um público de um extrato social de baixo poder aquisitivo e de consumo. Logo, a territorialidade gay estabelecida na região da República, área central e inclusive de centralidade histórica dentro do contexto simbólico da cidade, tende a concentrar uma legião lumpem de grupos estigmatizados e segregados numa multiplicidade – segregação étnica e de classe social principalmente, e segregações de várias ordens, inclusive de padrões estéticos e etários.

Essa condição pode ser demonstrada através da localização de bares especializados e direcionados ao público gay que compreende a faixa etária acima dos 40 anos de idade na territorialidade gay da República; estabelecimentos rotulados como “bares de grisalhos” – a exemplo os tradicionais bares Caneca de Prata e o Lorde Byron – cujos frequentadores são senhores de alto poder aquisitivo e mesmo assim tendem a se concentrar na territorialidade gay mais segregada da territorialidade gay, por estarem fora dos padrões estético e etário do “mercado das trocas sexuais”, estando segregados desse modo junto com os que estão segregados pela classe social.

Capítulo V – Considerações Finais

A ideia que se tem de que o segmento gay trata-se de um público requintado, com ótimo poder aquisitivo, que por não ter mulher nem filhos, gasta mais com roupas e diversão, compartilha da mesma fonte que toma os gays por um grupo homogêneo de pessoas que gostam de outras do mesmo sexo. Há subdivisões de tribos e bares especializados para cada uma dessas subdivisões, gerando inclusive a indagação a respeito dos limites da identidade possível a ser produzida nestes lugares e apontar as suas tendências.

O questionamento não se coloca sobre o requinte que é fruto da tradição, mas da vitória do valor de troca sobre o valor de uso, o dos modismos impostos pela mídia e pelo consumo que é dirigido burocraticamente, através dos signos, sob a égide do capitalismo. Fenômeno do mundo moderno, a industrialização do cotidiano tende a avançar sobre as particularidades, e as faz de objetos de estratégias mercadológicas: a exemplo basta abrir um guia de lazer e ler as inscrições “segmento voltado ao público GLS”, ou mais recentemente, “*gay friendly*”; ou tentando criar através da mídia um estilo de vida voltado para cooptar o uso enquanto mercadoria, tornando o “usador” em consumidor. Henri Lefebvre que escreve: “*o princípio da equivalência que permeia o mundo das mercadorias, das relações sociais, do Estado, vai impor a anulação das diferenças, a redução das identidades concretas à identidade abstrata*” (LEFEBVRE, 1983, p. 209).

Logo, a República concentra os excluídos das áreas nobres da territorialidade gay; e a Paulista concentra o público que atende as exigências sociais e os padrões do “mercado das trocas sexuais”. A localização dos estabelecimentos no contexto da territorialidade gay é reveladora da segmentação do público que possui vários conteúdos – onde o mais hierarquizador é o da diferenciação de classes. O “direito de uso temporário” mediante a exigência de consumação mínima nos estabelecimentos ou a mera insinuação do cardápio determina a frequência dos lugares. A multiterritorialidade gay aparece rigidamente hierarquizada e não tão

homogêneo – embora existam alguns padrões de comportamento, postura e linguagem; aparentemente homogêneos (tanto na territorialidade gay na Paulista, quanto na territorialidade gay no Centro, e demais territorialidades gays).

As transformações no espaço geográfico de uma metrópole num mundo globalizado ocorrem de maneiras muito rápidas e a cada estudo novas abordagens, prismas e questões são colocadas. Portanto, sempre existirá um esforço em atender essas demandas. Certamente, ao se colocarem em discussão e reflexão alguns apontamentos e questões feitas neste trabalho, pode-se concluir que ele atingiu seu objetivo mais íntimo.

Como reflexão final, é no espaço do vivido em que emergem as comunidades e os laços de identidade. No entanto, a identidade cultural emerge das lutas políticas que necessitam de atos práticos porque “*é sobretudo o uso político do espaço que restitui ao máximo o uso*” (LEFEBVRE, 1974, p. 421). Nesses termos e dentro da perspectiva aqui tratada, o uso político do espaço diz respeito ao direito à diferença – a igualdade na diferença deve ser clamada. Em sentido ainda mais amplo diz respeito ao direito à cidade e a possibilidade de construção de identidade concreta por qualquer grupo que habita e deixa seus rastros na cidade, porque “habitar é deixar rastros”.

Bibliografia

ALMEIDA, G. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005.

ALVES, G. A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. In: Geosp: espaço e tempo, v. 29. São Paulo: Departamento de Geografia – USP, 2011. p. 32-42.

_____. O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2010. 268p.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BERNARDET, J. C. Os homossexuais no momento de sua definição. In: Folhetim, Suplemento Dominical da Folha de S. Paulo, 11 de Julho, 1982. p. 9.

BLOCH, E. O princípio da esperança. vol. 1. Tradução Nélío Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. p. 39.

BORDIEU, P. A dominação masculina. 2. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 146p.

BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAZ, C. B. À meia-luz...: uma etnografia em clubes de sexo masculinos. Goiânia: Editora UFG, 2012. 208p.

CALVINO, I. Cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CÂMARA, Cristina. Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais". Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CANCLINI, N. Consumidores e Cidadãos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na vida cotidiana na metrópole. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

CARRARA, S. R.; RAMOS, S. Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2005.

CHAUÍ, M. Breve consideração sobre a utopia e a distopia. In: SILVA Jr, I. Filosofia e Cultura: *festschrift* em homenagem a Scarlett Marton. São Paulo: Bancarolla, 2011. pp. 361-386.

CORTÉS, J. M. G. Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. 215p.

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DUVIGNAUD, J. Lieu et non lieux. Paris: Édition Galilée, 1977.

ERIBON, Didier. "A fuga para a cidade". In: Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. (BAIXAR)

FACCHINI, R. ; CALAZANS, G. J. ; PUCCINELLI, B. 'A prevenção não sobre a Augusta': homossexualidade, produção de lugares, territorialidades e fronteiras na cidade de São Paulo. São Paulo: Anpocs, 2014.

FACCHINI, R. Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, 2005.

FACCHINI, R.; SIMÕES, J. A. Uma radiografia da parada. In: NETTO, F. C.; FRANÇA, I. L.; FACCHINI, R. (orgs.). Parada: 10 anos de orgulho GLBT em São Paulo. São Paulo: Editora Produtiva/ Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2006, p.74-77.

FEATHERSTONE, M. O desmanche da cultura - globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FOUCAULT, M. An Interview: Sex, Power and the Politics of Identity. The Advocate n. 400, San Mateo, 7 de Agosto, 1984, p. 26.

_____. História da Sexualidade: a vontade de saber. v1. 2ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, I. L. "Cada macaco no seu galho?": arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 60, 2006, p. 103-115;

_____. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividade na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 28, p. 289-311, 2007.

_____. Sobre 'guetos' e 'rótulos': tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 28, p. 227-255, 2007.

FREUD, S. Psicologia do grupo e análise do ego. (1921). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. Sobre o narcisismo – uma introdução. (1921). Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FRY, P. Ser ou não ser homossexual, eis a questão. Folhetim, Suplemento Dominical da Folha de S. Paulo, 10 de Janeiro, 1982.

GAMBÔA, R. F. De prazeres e perigos: abordagem etnográfica dos roteiros eróticos de homens que fazem sexo com homens e desafios à prevenção do HIV na região central da cidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2013.

GARCIA, O. A.; ROSSI, C. R. A Parada LGBT de São Paulo: histórico, visibilidade e tensões. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 20 a 31 de Julho. Salvador, Bahia. 2009

GREEN, J. N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Antares: Letras e Humanidades, v. 3, p. 2-24, 2010.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, v. 17. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p. 19-45.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. Espaços de Esperança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOCQUENGHEM, G. A Contestação Homossexual. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

JACOBY, R. Imagem perfeita: pensamento utópico para uma ideia antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 224p.

_____. O Mito do Multiculturalismo. In: _____. O fim da utopia: política e cultura na era da apatia. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. pp. 49-95.

LEFEBVRE, H. La presencia y la ausência. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. La production de l'espace. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976.

_____. Le droit a la ville suivi de le l'espace et politique. Paris: Éditions Anhropos, 1974.

_____. Lê manifeste différentialiste. Paris: Gallimard, 1970.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEVINE, M. Gay ghetto. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER. E. (orgs.). Social perspectives. In: Lesbian and gay studies: a reader. New York, Routledge, 1998 (1979), p. 194 – 206.

MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. Interações, v. 10, n. 19. Belo Horizonte: PUC Minas – Departamento de Ciências da Religião, 2005. p. 35-62.

MACRAE, E. A Afirmação da Identidade Homossexual: seus perigos e sua importância. In: TRONCA, I. Foucault Vivo. Campinas – SP: Pontes Editores, 1987. Pp. 81-88.

MAFESOLI, M. O tempo das tribos – o declínio do Individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2000. pp. 15-53.

MARTINS, E. R. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: Geousp: espaço e tempo, v. 21. São Paulo: Departamento de Geografia – USP, 2007. p. 33 - 51.

MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. A. (orgs.). Dossiê sexualidades disparatadas - Cadernos Pagu n. 28. 1. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, 2007. v. 28. 283 p.

MOREIRA, R. O que é geografia?. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção primeiros passos; 48). 94p.

NASH, C. Trans experiences in lesbian and queer space. *The Canadian Geographer*, 55(2): 192-207, 2011.

PADGUG, R. A. Sexual Matters: On Conceptualizing Sexuality in History. *Radical History Review*, New York 20:3, 1979.

PERLONGHER, N. "Territórios marginais". Primeira versão, n. 27. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

_____. O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no ghetto? In: *Sexualidades Ocidentais*. Lisboa: Editora LDA, 1983.

PUCCINELLI, Bruno. 2010. O Shopping Frei Caneca e a rua gay de São Paulo. (Paper). Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 (Anais). Florianópolis: UFSC.

QUINALHA, R. H. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREE, J.; QUINALHA, R. (orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014, v. 1, p. 245-271.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990.

SANTOS, B. S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARGEANT, F. 1970: A First-Person Account of the First Gay Pride March. New York: The Village Voice, 22 de junho de 2010.

SARLO, B. Cenas da vida pós-moderna. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

SEABRA, O. C. L.. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENNETT, R. Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. 417p.

SILVA, M. A. São Paulo e os territórios do desejo. Revista Eco-Pós (UFRJ), p. 19-43, set./dez. 2013.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L.; MACEDO, M.. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 35, p. 37-78, 2010.

SIMÕES, J. A. A sexualidade como questão social e política. In: SZWAKO, J. e ALMEIDA, H. B. (orgs.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

_____. Além da barbie: outras imagens na cena homossexual contemporânea. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, 2004, Olinda (PE). Programas e resumos - XXIV Reunião Brasileira de Antropologia: Nação e cidadania, 2004. p. 187-187.

_____. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 234-246.

_____. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 415-447.

_____. Marcadores de diferença na "comunidade" LGBT: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, L. (Org.). Stonewall 40 + o que no Brasil. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p.157-173.

_____. Sexualidade, gênero, raça e idade em circuitos de sociabilidade homoerótica em São Paulo. In: 26 a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

_____. Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil. In: POCAHY, F. (Org.) Políticas de enfrentamento ao heterossexismo. 1ª. ed. Porto Alegre: Nuances 2010, p.13-33.

SIMÕES, J. A.; CARRARA, S.; RAMOS, S.; FACCHINI, R. Política, direitos, violência e homossexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006. v.1. 80 p.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. v. 1. 196 p.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do 'gueto' ao mercado. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (orgs.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 309-336.

_____. Em busca do parceiro ideal: raça, sexualidade, gênero e idade nos circuitos de sociabilidade homoerótica em São Paulo. São Paulo: IV Congresso da ABEH, 2008.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: Geosp: espaço e tempo, v. 21. São Paulo: Departamento de Geografia – USP, 2007. p. 15-31.

_____. Gentrification and Uneven Development. Economic Geography, Vol. 58, No. 2, 1982, pp. 139-155.

TORRES, L. L. Programa de paulista: lazer no Bexiga e na Avenida Paulista com a Rua da Consolação. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.). Na

metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2000. pp. 57-87.

VIANNA, A. R. B.; LACERDA, P. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

WEEKS, J. Discourse, desire and sexual deviance: some problems in a history of homosexuality. In: PLUMMER, K. The making of the modern homosexual. 1a. Ed. Londres: Hutchinson, 1981. pp. 76-111.

ZANOLI, V. P. C. Processos políticos, lutas simbólicas e produção de fronteiras e de lugares: uma etnografia a partir do movimento LGBT de Campinas-SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Matérias de imprensa:

CARVALHO, M. C. “Região da Frei Caneca vira ‘point’ GLS”. Folha de São Paulo, São Paulo, 22/06/2003, p. C8.

PRONSATO, B. “Rua Frei Caneca: ser ou não ser gay”. RRAURL, 13/08/2008, disp. em http://rraurl.com/cena/5574/Rua_Frei_Caneca_ser_ou_nao_ser_gay (acessado em 01/06/2014)

REDAÇÃO. “Gay Caneca”. MixBrasil, 21/07/2008, disponível em http://mixbrasil.uol.com.br/upload/noticia/4_151_67930.shtml (acessado em 11/06/2014).